



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
Faculdade de Ciência da Informação  
Curso de Graduação em Biblioteconomia

DANIELLE MENEZES CARRILHO DA COSTA

**Informação e mulher negra no selo Nyota:**  
possíveis diálogos na Biblioteconomia e Ciência da Informação

Brasília

2022

DANIELLE MENEZES CARRILHO DA COSTA

**Informação e mulher negra no selo Nyota:**  
possíveis diálogos na Biblioteconomia e Ciência da Informação

Monografia apresentada como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Rabello

Brasília

2022

Costa, Danielle Menezes Carrilho

Informação e mulher negra no selo Nyota: possíveis diálogos na Biblioteconomia e Ciência da Informação. - Brasília.-2023.

75 f.

Monografia (Graduação - Biblioteconomia) - Universidade de Brasília - Campus darcy Ribeiro, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Rabello

1. Selo Nyota. 2. Ralé Estrutural. 3. Não público. 4. Mulheres negras. I. Título.

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**Título:** Informação e mulher negra no selo Nyota: possíveis diálogos na Biblioteconomia e Ciência da Informação

**Autor(a):** Danielle Menezes Carrilho da Costa

Monografia apresentada em **14 de fevereiro de 2023** à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador(a) (FCI/UnB): Dr. Rodrigo Rabello da Silva  
Membro Interno (FCI/UnB): Dra. Michelli Pereira da Costa  
Membro Interno (FCI/UnB): Dra. Eliane Braga de Oliveira



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Rabello da Silva, Coordenador(a) da Faculdade de Ciência da Informação**, em 23/02/2023, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Michelli Pereira da Costa, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 01/03/2023, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Braga de Oliveira, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 13/03/2023, às 22:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.unb.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **9368332** e o código CRC **56FECFCF**.

## AGRADECIMENTOS

A presente pesquisa se deve ao apoio de muitos, primeiramente gostaria de agradecer ao professor Rodrigo Rabello, pela oportunidade e também pela orientação, extraindo o melhor de nós.

Agradeço a banca que ajudou no amadurecimento deste projeto pelo interesse e disponibilidade. Ao corpo de professores e servidores que inspiraram positivamente minha formação e caminhada.

Para as mulheres da minha vida, Anabelle, quem mais acreditou em mim, Irene, quem me criou, Marlyane, mãe, obrigada por sempre voltar para casa.

Aos meus irmãos, para os mais velhos, vocês são exemplo de resiliência, força de vontade e luta, para as mais novas, que eu possa inspirar vocês como eles me inspiraram.

Clarice, Eliza, Amélie, crianças e futuras mulheres pretas, espero que seja diferente para vocês.

Aos demais familiares que acreditaram no meu potencial.

Red, Yuki, obrigada por compreenderem minha ausência, meus surtos. Por me cederem colo, carinho e casa.

João, você foi (e ainda é), um porto seguro, além de me dar uma força que eu não sabia que tinha.

## RESUMO

Considerando o contexto histórico brasileiro segundo o qual parcela da população segue invisibilizada e excluída socialmente, o presente trabalho objetiva investigar como a mulher negra tem sido abordada, nesse cenário, no âmbito da área de biblioteconomia e ciência da informação brasileira, buscando, especificamente: 1. Abordar o tema da mulher negra como “ralé estrutural” de modo a contextualizá-la em termos de não-público de unidades de informação; 2. Apresentar possíveis diálogos sobre o tema da mulher negra na biblioteconomia e ciência da informação a partir de publicações no Selo Nyota. Para tanto, foi realizada uma revisão narrativa de literatura e um estudo descritivo a partir do *corpus* composto por 4 (quatro) publicações do Selo Nyota que abordaram especificamente sobre o tema. Observaram-se aspectos sobre as dificuldades de acesso, de uso e de apropriação da informação em unidades de informação por parte de mulheres negras. Tal problema em unidades de informação foi trabalhado a partir de uma abordagem qualitativa, através de uma pesquisa descritiva que considera essas mulheres no contexto da ralé estrutural como não-público, algo que levou a refletir sobre o cenário da exclusão e da invisibilidade social, onde o usuário e, sobretudo, o não-usuário de informação se (re)produz a partir da situação de carência de atributos ou de capitais econômicos e culturais, bem como do preconceito por vezes reproduzido por instituições e profissionais de informação.

**Palavras-chave:** Ralé estrutural. Não-público. Mulheres negras. Biblioteconomia. Ciência da Informação. Selo Nyota.

## ABSTRACT

Considering the Brazilian historical context according to which part of the population remains invisible and socially excluded, the present work aims to investigate how black women have been approached, in this scenario, in the area of librarianship and Brazilian information science, specifically seeking 1. To approach the theme of black women as "structural rabble" in order to contextualize it in terms of non-public information units; 2. Present possible dialogues on the theme of black women in librarianship and information science from publications on the Nyota Seal. Therefore, a narrative literature review and a descriptive study were carried out based on the corpus composed of 4 (four) publications of the Nyota Seal that specifically addressed the theme. Aspects were observed about the difficulties of access, use and appropriation of information in information units by black women. Such problem in information units was worked from a qualitative approach, through a descriptive research in information units was worked considering these women in the context of the structural rabble as non-public, something that led to reflect on the scenario of exclusion and social invisibility, where the user and, above all, the non-user of information if (re)produces from the situation of lack of attributes or economic and cultural capital, prejudice sometimes reproduced by institutions and information professionals.

**Keywords:** Structural rabble. Non-public. Black women. Librarianship. Information science. Nyota seal.



**LISTA DE QUADROS**

- Quadro 1 – Estratégia de descrição do *corpus* da pesquisa.....16-17
- Quadro 2 – Análise dos dados considerando os resultados dos itens a, b, c e d.....18
- Quadro 3 – Estrutura do trabalho e referencial teórico ..... 18-19
- Quadro 4 - Livros que compõem o corpus e estratégia de seleção de capítulos.. 40-41
- Quadro 5 - Capítulos de livros que compõem o resultado da pesquisa..... 62-63

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ARIST – Annual Review of Information Science and Technology

BRAPCI – Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação

EUA – Estados Unidos da América

TIC'S – Tecnologias de Informação e Comunicação

RNBC – Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Capa de publicação do Selo Nyota: <i>Bibliotecári@s negr@s</i> .....	59
Figura 2 – Capa de publicação do selo Nyota: <i>Bibliotecári@s negr@s: pesquisas e experiências de aplicação da Lei 10.639/2003 na formação bibliotecária e nas bibliotecas</i> .....	60
Figura 3 – Capa de publicação do Selo Nyota: <i>Epistemologias negras</i> .....	61
Figura 4 - Capa de publicação do Selo Nyota: <i>Mulheres negras na Biblioteconomia</i> .....	61

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
1.1 Preâmbulo: motivações pessoais para a realização da pesquisa .....	12
1.2 Aproximações iniciais sobre o tema “informação e mulher negra” .....	12
1.3 Delimitação do problema .....	14
1.4 Justificativa .....	15
1.5 Objetivos .....	16
1.5.1 Geral .....	16
1.5.2 Específicos.....	16
1.6 Metodologia .....	16
1.7 Estrutura do trabalho e referencial teórico .....	20
<b>2. REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	<b>21</b>
2.1 Formação e atuação profissional em biblioteconomia e ciência da informação .....	21
2.1.1 Estudo de usuários, e suas práticas, como meio para estudo do social .....	27
2.1.2 Estudo de usuários no Brasil .....	30
2.2 Desigualdade e invisibilidade social na biblioteconomia e ciência da informação .....	38
2.3 Informação para grupos vulneráveis: o caso das mulheres negras .....	46
2.3.1 Dimensões teóricas que tocam a questão do preconceito à negritude .....	46
<b>3 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS</b> .....	<b>57</b>
3.1 A mulher negra no Selo Nyota: diálogos possíveis .....	57
3.1.1 Apresentação do <i>corpus</i> de análise .....	57
3.2 Informação e formação profissional inclusiva para a mulher negra .....	61
3.3 A mulher negra no Selo Nyota: diálogo com o conceito “ralé estrutural como não-público” .....	66
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>74</b>
<b>Referências</b> .....	<b>78</b>

## **1. INTRODUÇÃO**

### **1.1 Preâmbulo: motivações pessoais para a realização da pesquisa**

Eu sou uma mulher preta. Dada a minha construção pessoal dentro das instituições por onde passei durante meus anos escolares, foi possível observar a discrepância quantitativa entre alunos negros e brancos naqueles espaços. Parte da minha formação ocorreu em uma instituição privada, com auxílio de bolsas, onde, na época, só existiam outros três colegas negros em turma que beiravam a quantidade de umas 50 crianças. A outra parte do ensino fundamental e médio, cursada em escola pública, mostrou-me que eu não era minoria, mas também tornou claro para mim o meu local de pertencimento perante a sociedade.

Em ambos os contextos de ensino privado e público, os professores negros foram escassos, sendo contados nos dedos de uma mão, o que me levou a questionar quais as dificuldades enfrentadas pelas pessoas negras para se chegar ao ensino superior e à docência, já que, nesse cenário, as mulheres negras eram a minoria. Já na graduação em Biblioteconomia na Universidade de Brasília (UnB), a situação se repetiu. Foi possível observar o déficit de alunas e também de professoras negras.

Buscando refletir sobre a dificuldade do acesso informacional de mulheres pretas e pobres – que as impedem, por exemplo, de desfrutar e/ou de trabalhar nesses locais acadêmicos –, com o apoio do professor orientador Rodrigo Rabello, e tendo como fonte as publicações do Selo Nyota (espaço editorial que tem se dedicado a questões informacionais em relação a raça, gênero, sexualidade, dentre outros temas), aliada às minhas próprias vivências dentro de uma estrutura racista e misógina, a pesquisa tem como motivação observar e questionar aspectos informacionais que envolvem a mulher negra na sociedade contemporânea, fazendo apontamentos sobre suas nuances apontadas pelos autores estudados.

### **1.2 Aproximações iniciais sobre o tema “informação e mulher negra”**

A constituição de bibliotecas remonta diferentes períodos históricos. As bibliotecas, desde a Idade Antiga, possuem “[...] caráter privado e particular com

função primordial de acolher a história dos registros humanos, garantindo a guarda e a preservação dos suportes informacionais”. (GOMES, 2016, p. 742).

O conhecimento, por muitos séculos, foi destinado a uma pequena parcela da população, aqueles que continham capitais econômico, cultural, dentre outros. Souza (2005) observa que existiu “[...] para um dado local e um dado momento, a posse desigual do livro, a hierarquia das bibliotecas, de acordo com escalas de contrastes macroscópicos, entre dominantes e dominados, as elites e o povo” (SOUZA, 2005, p.1). As marcas dessa segregação podem ser observadas ainda hoje, principalmente em países menos desenvolvidos economicamente, onde o nível de pobreza é maior e o acesso à educação é dificultado.

O Brasil conta com um ensino governamental majoritariamente precarizado, com pouco incentivo de consumo a bens artísticos e culturais, visto que tais espaços, embora muitos deles “públicos” são elitizados e compostos pela “elite branca” que não tem interesse em reconhecer culturalmente esses indivíduos, muito pelo contrário, as usam para reafirmar sua “classe” e reclamar estes locais como seus por direito (GOMES, 2016, p.742-743). “A falta de acesso à educação e a extensão da escolaridade para a população negra também pode ser entendida como fator de exclusão ao acesso às bibliotecas”. (GOMES, 2016, p. 742).

No atual cenário informacional, o profissional da informação vem se adaptando às mudanças tecnológicas presentes na rotina institucional. Entretanto, as demandas sociais ainda existem, e sua presença nos debates é relativamente recente. Por tal fato é crescente a descoberta de problemas existentes que acabam por exigir cada vez mais a necessidade de um olhar particular acerca da parcela do público que não é considerado como usuário.

Sobre esse assunto, Rabello e Almeida Junior (2020) refletem sobre a relação entre “público” e “não-público”, e suas variáveis, observando as relações construídas por profissionais da informação em conjunto com a comunidade usuária. Os autores observam nuances da denominada “ralé estrutural”, expressão cunhada e trabalhada por Souza (2011). Nesse contexto, buscar-se-á obter subsídios para a reflexão sobre os problemas que cercam essa situação que envolve visibilidade e consideração de uns, e invisibilidade e desconsideração de outros. Nessa direção, os esforços serão direcionados para a investigação sobre como a mulher negra, em contextos de invisibilidade e de desigualdade social, tem sido abordada, no âmbito da área de biblioteconomia e ciência da informação

brasileira, no Selo Nyota.

Souza (2009), ao contar as histórias de mulheres pertencentes à ralé, observa a dura caminhada de donas de casa e de empregadas domésticas que passam pela falta de acesso à informação. Lima (2019) narra sobre a vida de mulheres pretas que furaram a bolha do não acesso informacional, como é o caso de Maria Aparecida Moura (Cida Moura), mulher negra que passou na pele as dificuldades do racismo, mas que se formou como profissional da informação e docente universitária. Mulheres como Cida observam que o divisor de águas dentro de suas vidas se consistiu na oportunidade de se obter conhecimento e de se utilizar dele, agregando-os às vivências e podendo transmitir para os alunos mais do que teorias ou instrumentos técnicos a serem utilizados; dentre os ensinamentos, transmitem a base ou a inquietação intelectual para, por exemplo, a formação de bibliotecas verdadeiramente públicas, abrangendo a totalidade da comunidade e rompendo preconceitos.

### **1.3 Delimitação do problema**

À luz do conceito de “não-público” empregado em bibliotecas, no âmbito da cultura (FLUSSER, 1980), e se aproximando de questões que envolvem classes sociais, especificamente a denominada “ralé estrutural” (SOUZA, 2009), a presente pesquisa nasceu da necessidade de se observar as camadas existentes sob a perspectiva do que entende por “ralé estrutural como não-público” (RABELLO; ALMEIDA JUNIOR, 2021), especificamente, da mulher negra pertencente a “ralé” (SOUZA, 2009), em comparação às reflexões sobre a temática da mulher negra na biblioteconomia e ciência da informação no Brasil (SILVA, 2019) e no exterior (SILVA, 2019; SILVA; ROMEIRO, 2019).

Particularmente no caso brasileiro, observa-se um movimento ainda recente de reflexão sobre a temática da negritude no âmbito da biblioteconomia e ciência da informação (SILVA; ROMEIRO, 2019), algo relevante para suscitar questões para pesquisa, formação e atuação profissional na área. Portanto, a proposta busca contribuir para reflexões sobre aspectos acerca da desigualdade e da invisibilidade social em unidades de informação, considerando a dimensão ético-política de modo a permitir meios para que o “não-público” passe a ser considerado como “público”

(FLUSSER, 1980; RABELLO; ALMEIDA JUNIOR, 2020), em termos, por exemplo, de uma praxiologia receptiva (RABELLO, 2021).

Para a presente pesquisa, trabalha-se com o seguinte questionamento: a mulher negra, em contextos de invisibilidade e de desigualdade social, tem sido abordada, no âmbito da área de biblioteconomia e ciência da informação brasileira, focando especificamente na literatura nacional publicada no Selo Nyota?

#### **1.4 Justificativa**

A pesquisa se refere ao aprofundamento acerca da temática de “ralé estrutural” (SOUZA, 2009), e, em particular, da mulher negra no contexto da “ralé estrutural como não-público” (RABELLO; ALMEIDA JUNIOR, 2020), tendo como foco a mulher negra e como sua presença é lida e interpretada pelos profissionais da informação atuantes, seja no âmbito do ensino e da pesquisa – quando abordado o tema e a área de “estudo de usuários” –, seja no bojo das práticas dos profissionais em informação, quando se considera ou não as práticas dos sujeitos (também no cotidiano) que utilizam e se apropriam da informação (RABELLO, 2021).

O “machismo” que se expressa de vários modos, dentre os quais, a partir da ideia de que mulheres, não podem pertencer a certos locais, acaba por condicionar a mulher negra à servidão, seja ela como dona de casa, doméstica ou algum outro tipo de prestação de serviço (SPETH; GOFAS, 2020), fazendo, de forma direta ou indireta, com que esse segmento social, na ausência de determinados atributos socialmente valorados, não seja esperado a se fazer parte do quadro de usuários de uma instituição (RABELLO; ALMEIDA JUNIOR, 2020). Mediante o uso das ferramentas juntamente com a observação dos conteúdos analisados no decorrer desta pesquisa, busca-se apontar possíveis erros e acertos na abordagem dos bibliotecários sobre a temática da mulher negra, bem como observar as alternativas que têm sido utilizadas para enfrentar a questão no campo.

No âmbito da área de informação, o debate vem, pouco a pouco, ganhando vulto. Espera-se que essa pesquisa possa contribuir, em alguma medida, de modo a agregar questões sobre o tema da mulher negra na biblioteconomia e ciência da informação, trazendo subsídios para o ensino, para a pesquisa e para a atuação profissional.



Ao se trabalhar para problematizar a questão do “não-público”, tem-se no horizonte de que a instituição e seus profissionais possam ou devam transformar o não-público em público. Há, com isso, a perspectiva de ampliação das possibilidades de ação profissional para que o agente responsável pela disseminação informacional possa cumprir com sua função social, algo que, muitas vezes, não ocorre para uma grande parcela da população excluída e segregada de acesso, uso e apropriação da informação. Existe, assim, uma preocupação com o compromisso ético-político, desde o ensino e a pesquisa, até a formação acadêmico-profissional. À luz de tal preocupação, apresentam-se, a seguir, os objetivos da pesquisa.

## **1.5 Objetivos**

### **1.5.1 Geral**

Investigar como a mulher negra, em contextos de invisibilidade e de desigualdade social, tem sido abordada na literatura da área de biblioteconomia e ciência da informação brasileira nas publicações do Selo Nyota.

### **1.5.2 Específicos**

1. Analisar o tema da mulher negra a partir do conceito de “ralé estrutural” de modo a contextualizá-la em termos de não-público de unidades de informação.
2. Apresentar possíveis diálogos sobre o tema da mulher negra na biblioteconomia e na ciência da informação a partir de publicações no Selo Nyota, considerando aspectos sobre desigualdade e invisibilidade social.

## **1.6 Metodologia**

No sentido de cumprir com os objetivos propostos, a presente pesquisa contará com estratégias metodológicas que visam, especificamente, descrever, de modo qualitativo, a temática da mulher negra, no sentido de refletir como ela tem sido retratada na literatura brasileira consultada. Para tanto, conta com um *corpus* composto por *documentos* – caracterizados como *fontes bibliográficas* – circunscritos em publicações presentes no Selo Nyota.

O projeto, portanto, trata de realizar uma pesquisa *descritiva*, que, de acordo com Gil (2002 p.42), se entende por:

[...] pesquisas que têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis com uma abordagem qualitativa mediante a busca e análise de conteúdos.

A pesquisa, de cunho *qualitativo*, é conceituada por Godoy (1995, p.21) como aquela que “[...] enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques”.

A *revisão de literatura*, de acordo com Moreira (2004, p.22), é:

[...] um tipo de texto que reúne e discute informações produzidas na área de estudo. Pode ser a própria revisão um trabalho completo, ou pode aparecer como componente de uma publicação, ou ainda organizadas em publicações que analisam o desenvolvimento de determinada área [...]

A revisão de literatura pode ser entendida, ainda, como “processo de busca, análise e descrição de um corpo do conhecimento em busca de resposta a uma pergunta específica” (UNESP, 2015, p.2), tendo como uma de suas facetas, a revisão narrativa que não está atrelada a uma regra fixa de busca no momento de validação do material usado, abrindo portas e opções mediante às autorias. A revisão narrativa de literatura:

[...] não utiliza critérios explícitos e sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura. A busca pelos estudos não precisa esgotar as fontes de informações. Não aplica estratégias de busca sofisticadas e exaustivas. A seleção dos estudos e a interpretação das informações podem estar sujeitas à subjetividade dos autores. (UNESP, 2015, p.2)

A *pesquisa documental* se estenderá a documentos primários também concebidos como textos originais escritos por autores que abordam cada tópico. Em analogia aos estudos da história da ciência, citam-se os tipos de fontes apresentados por Martins (2005, p. 310): “[...] são utilizados documentos de vários tipos.” Sendo usadas como fonte de pesquisa, espera-se que o catálogo do Selo Nyota e a base de dados da Scielo, ao serem consultados, tragam títulos sobre a temática de mulheres negras, de modo a permitir uma reflexão considerando os

conceitos “não-público” e “ralé estrutural”.

No caso da presente pesquisa, mesmo em se tratando no interesse central em fonte bibliográfica, o foco da pesquisa documental incidirá naquilo que historiadores costumam classificar de “[...] fontes primárias (material da época estudada escrito pelos pesquisadores estudados) e fontes secundárias (estudos historiográficos e obras de apoio a respeito do período e dos autores investigados, como as especificidades buscadas acerca de personalidades estrangeiras).” (MARTINS, 2005, p. 310). Especificamente nesta pesquisa, as fontes primárias abordadas são os livros publicados pelo Selo Nyota. Já as fontes secundárias são *sites* e *blogs* que agregam informações importantes sobre os temas abordados.

Apesar de os textos que compõem o *corpus* serem recentes, eles cumprirão o papel de fonte primária para a pesquisa. Todo *corpus* é constituído do “[...] entrecruzamento da problemática com a teoria.” (DAHLET, 2002, p.128). A seguir, apresenta-se Quadro 1 contendo as estratégias de descrição do título da coletânea, dos organizadores, do título dos capítulos e dos autores dos capítulos.

Quadro 1 – Estratégia para a revisão de literatura sobre o tema

Livros/coletâneas	Organizadores livros/coletâneas	Estratégias de seleção de capítulos	Capítulos selecionados	Autores capítulos
O protagonismo da mulher na biblioteconomia e ciência da informação	Francielé Carneiro Garcês da Silva; Nathália Lima Romeiro	Leitura técnica; Observação de autores ; Filtro de conteúdo	Pesquisadoras de gênero na ciência da informação ;  Pelas mãos femininas de Lydia Sambaquy e Celia Zaher: as origens da CI brasileira ;  Mulheres negras empreendedoras: um breve estudo.	Mariana Faustino dos Passos, Ursula Blattman ;  Elisa Cristina Delfini Corrêa, Ana Cláudia D. C. de Oliveira ;  Críchyra da Silva Madalena, Kariane Regina Laurindo
Mulheres negras na biblioteconomia	Francielé Carneiro Garcês da Silva	Leitura técnica; Observação de autores ; Filtro de conteúdo	Escrevivências na biblioteconomia: afrocentrar para existir ;  Bibliotecárias negras cearenses: contribuição para a luta antirracista ;  Clara Stanton Jones e sua contribuição para a biblioteconomia negra americana ;  Ketty Valêncio e a importância de livrarias especializadas em autoria negra ;	Elisângela Gomes;  Dávila Maria Feitosa da Silva;  Francielé Carneiro Garcês da Silva ;  Graziela Barros Gomes;

			Da representação social à representação do conhecimento: perspectivas teóricas das mulheres negras na ciência ;  Bambidelê: trajetória histórica-informacional da organização das mulheres negras na Paraíba	Vanessa Jamile Santana dos Reis, José Carlos Sales dos Santos ;  Leyde Klebia Rodrigues da Silva
Bibliotecári@s negr@s: ação pesquisa e atuação política	Francielé Carneiro Garcês da Silva ; Graziela dos Santos Lima	Leitura técnica; Observação de autores ; Filtro de conteúdo	Discursos insubmissos na diáspora negra ;  Pensando uma biblioteconomia afrodiáspórica ;  A inclusão da temática étnico-racial nas pesquisas em ciência da informação	Elisângela Gomes;  Graziela dos Santos Lima, Francielé Carneiro Garcês da Silva ;  Vanessa Alves Santana, Leyde Klébia Rodrigues da Silva.
Epistemologias negras: relações raciais na biblioteconomia	Danielle Barroso; Elisângela Gomes; Erinaldo Dias Valério ; Franciéle Carneiro Garcês da Silva ; Graziela dos Santos Lima	Leitura técnica; Observação de autores ; Filtro de conteúdo	Resistencia é o seu nome: representatividade é para nós alunas (os) negras (os) da biblioteconomia e ciência da informação! ;  Práticas afropedagógicas no ensino de biblioteconomia	Graziela dos Santos Lima ;  Elisângela Gomes, Erinaldo Dias Valério
A ralé Brasileira	Jessé de Souza	Leitura técnica; Observação de autores ; Filtro de conteúdo	Do fundo do buraco: o drama na ascensão social de empregadas domésticas ;  A dor e o estigma da puta pobre	Emanuelle Silva, Roberto Torres, Tábata Berg ;  Patrícia Mattos
Práticas Informacionais: Reflexões teóricas e experiências de pesquisa	Edvaldo Carvalho Alves ; Fellipe Sá Brasileiro ; Gisele Rocha Cortês ; Daniella Alves de Melo	Leitura técnica; Observação de autores ; Filtro de conteúdo	Os estudos e as práticas informacionais no âmbito da ciência da informação ;  Mediação consciente da informação e protagonismo social das mulheres: as práticas informacionais das teorias críticas feministas ;  Práticas informacionais das mulheres negras e o desenvolvimento da competência crítica em informação	Carlos Alberto Ávila Araújo ;  Henriette Ferreira Gomes, Gisele Rocha Côrtes ;  Daniella Alves de Melo, Edvaldo Carvalho Alves e Fellipe Sá Brasileiro

Fonte: Elaborado pela autora.

O *corpus* deste estudo está diretamente ligado à pergunta orientadora da pesquisa, qual seja: a mulher negra, em contextos de invisibilidade e de desigualdade social, tem sido abordada, no âmbito da área de biblioteconomia e ciência da informação brasileira, focando especificamente na literatura nacional publicada no Selo Nyota?

Para a resposta a tal indagação, trabalhar-se-ão com os conceitos “não-

público”, de Flusser (1980), e “ralé estrutural”, de Souza (2009), inserindo-os no campo biblioteconômico, particularmente, à luz dos estudos de Rabello e Almeida Junior (2021), que abordaram o conceito de “ralé estrutural como não-público”, bem como no âmbito das práticas informacionais, como fizeram autoras como Passos e Blattmann (2018) e Gomes (2019). Tais autoras contribuíram com capítulos de livro, respectivamente, nas coletâneas *Mulheres negras na biblioteconomia* e *O protagonismo da mulher negra na biblioteconomia e ciência da informação*.

### 1.7 Estrutura do trabalho e referencial teórico

O trabalho é composto por 5 seções: 1. Introdução, 2. Revisão de literatura, 3. Contexto, apresentação, interpretação e análise dos resultados e 4. Considerações finais, com o referencial distribuído conforme o quadro abaixo:

Quadro 3 – Estrutura do trabalho e referencial teórico

I N T R O D U Ç Ã O	“Informação e mulher negra”	(GOMES, 2016; SOUZA, 2005; SOUZA, 2011; SOUZA, 2009; LIMA, 2019; RABELLO; ALMEIDA JÚNIOR, 2021)
	Problema	(RABELLO; ALMEIDA JÚNIOR, 2021; SOUZA, 2011; FLUSSER, 1980)
	Justificativa	(RABELLO; ALMEIDA JÚNIOR, 2021; DAHLET, 2002; SPETH, 2020)
	Metodologia	(GODOY, 1995; GIL, 2002; MOREIRA, 2004; MARTINS, 2005)
2 . R E V I S Ã O  D E  L I T E R A T U R A	2.1 Formação e atuação profissional em biblioteconomia e ciência da informação	<p><b>2.1.1 Estudos de usuários</b> (WALTER; BAPTISTA, 2008 ; AMARAL, 1995 ; MILANESI, 1983 ; GUEDES, 1985 ; SOUZA, 2005 ; WITTER, 1986 ; XAVIER, 2015 ; MORAES; LUCAS, 2012 ; ALMEIDA JÚNIOR, 2019 ; ARAÚJO, 2017 ; LALLEMENT, 2014 ; CORCUFF, 2001 ; BORDIEU, 1972; RABELLO, 2013)</p> <p><b>2.1.2 Estudos de usuários no Brasil</b> (ARAÚJO, 2016 ; ARAÚJO, 2020 ; WILSON, 1997 ; CUNHA, 1982 ; ARAÚJO, 2016 ; NASCIMENTO, 2010 ; MELO; ALVES; BRASILEIRO, 2020 ; FLUSSER, 1980 ; )</p> <p><b>2.1.3 Formação e atuação profissional no campo de estudos de usuários</b> (FLUSSER, 1980 ; RABELLO; ALMEIDA JÚNIOR, 2020 ; RABELLO, 2022 ; SOARES, 2014 ; NICOLAU, 2022 ; SANTOS, 2018)</p>
	2.2 Desigualdade e invisibilidade social na biblioteconomia e ciência da informação	(SILVA; ROMERO, 2018 ; ESPÍRITO SANTO, 2008 ; LETA, 2003 ; SOUZA, 2011 ; FLUSSER, 1980 ; RABELLO; ALMEIDA JÚNIOR, 2020 ; GOMES, 2012 ; CASTRILLON, 2013 ; RABELLO, 2013 ; ALMEIDA, 2021 ; BEZERRA; ALMEIDA, 2020.
	2.3 Informação para grupos vulneráveis: o caso das mulheres negras	(GARNER, 2010 ; MICHIGAN, et. al., 2018 ; SOUZA, 2009; AQUINO, 2010 ; CUNHA JÚNIOR; RAMOS, 2007 ; BERNÂRD, 2005 ; GOMES, 2019a ; GOMES, 2018 ; CARNEIRO; ROCHA, 2019 ; SILVA, 2019 ; SILVA, 2014 ; LIMA, 2019 ; LIMA, 2016; RABELLO, 2022 ; REIS; SANTOS, 2019 ; MADALENA; LAURINDO, 2018; FERREIRA, 2019)
<b>3 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS</b>		
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>		

Fonte: Elaborado pela autora.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 Formação e atuação profissional em biblioteconomia e ciência da informação

Desde os primórdios da humanidade se tem registro da ação de colecionar, sejam objetos ou memórias, registrando, de diferentes modos, a história, tendo como exemplo das pictografias na Suméria (datada de aproximadamente 4000 anos A.C.), perpassando a criação dos primeiros centros do conhecimento, como é o caso da biblioteca de Alexandria (aproximadamente, 393 a. C.) (VALENTIM, 2000), até as instituições de guarda documentais datadas do século XVII que se aproximam do modelo usado atualmente. Santos e Resende (2021) fomentam que "o cerne do trabalho dos profissionais formados em Biblioteconomia é o fazer social sem o qual as demais atividades técnicas e os esforços não teriam sentido".

Essa criação se deu majoritariamente ao fato da comercialização da informação, sendo um fator imprescindível para qualquer crescimento social e um ponto importante para a amplificação de sociedades e assim seu desenvolvimento através das dificuldades que acometiam, ter e obter conhecimento de acordo com Amaral (1995) "possibilitará de modo eficiente a satisfação das diversas demandas da população." a autora complementa ainda observando que "No mundo atual, a informação adquire dessa forma status de mercadoria, podendo ser comercializada pelas leis de oferta e procura, que regem a comercialização de qualquer produto".

Botelho e outros autores (1994), sendo observado por Amaral (1995) salientam que:

[...] Quando a sociedade evolui, ocorre uma transformação, provocando a mudança de enfoque em relação ao fator de produção e o fator de desenvolvimento econômico. A base dessa transformação é que o setor de informação, onde se inserem os serviços bibliotecários, é intensivo em conhecimento e não em mão-de-obra. Nessa mudança, o valor agregado do conhecimento ou do segmento tecnológico é progressivamente mais importante e incorporado ao bem, provocando a transformação industrial da matéria prima pelo valor agregado [...] (BOTELHO *et al.*, 1994 *apud* AMARAL, 1995).

Os autores acima observam que, ao passo em que a sociedade cresce e a

necessidade de suprir demandas aparecem, ocorrem diversas reestruturações que se moldam ao contexto no qual estão inseridos; ao se agregar valor à informação não necessariamente se agrega valor a quem cuida e guarda essas informações, bem como as instituições responsáveis por esses profissionais e pela salvaguarda informacional.

O espaço ou setor de informação onde os bibliotecários disponibilizam produtos e serviços também recebe o nome de Unidade de Informação. Zaninelli et al. (2022) entendem que a criação do que é chamado de Unidades de Informação pela Ciência da Informação e “[...] sua utilização remete à ideia de espaços físicos, tais como os arquivos, as bibliotecas, os museus e os centros de informação e documentação”, mas reiteram que as UI’s estão para além dos espaços físicos, “[...] a conceituação em torno das UI também está presente na estrutura institucional das organizações, principalmente para determinar as tipologias de ambientes organizacionais de informação: bibliotecas, centros de documentação e informação, museus, arquivos, dentre outros.” (ZANINELLI et. al., 2022 p. 592-593).

À luz da emergência de novos espaços, Walter e Baptista (2008) salientam que “[...] o elenco de profissões não era muito amplo, as práticas eram mais decisivas na formação das pessoas do que a academia e a ideia de profissionalização de algumas profissões é um fenômeno relativamente recente para muitas delas”. Sendo que, até meados do século 20, não existiam maiores limitações acerca destes profissionais, observando a falta de uma pluralidade destes estudiosos. Nessa direção, Walter e Baptista (2008) explicitaram aspectos do pensamento de Freidson (1998), o qual “[...] explica que qualquer tentativa de definição concisa e genérica de profissão esbarra em dificuldades históricas, relações de poder, relações de troca, status e reconhecimento sociais.” (FREIDSON, 1998 *apud* WALTER; BATISTA, 2008, p.87). Os autores completam, ainda, observando, agora a partir das ideias de Milanese (1983), que “[...] a sociedade se modifica, as necessidades se alteram, as tecnologias evoluem e a formação profissional de qualquer categoria deve estar sensível a esses pontos.” (MILANESI, 1983 *apud* WALTER; BATISTA, 2008, p. 89). Com isso, demonstram que o avanço tecnológico, o desenvolvimento dos profissionais e a mecanização dos espaços trouxe a necessidade de se reinventar o ambiente das instituições informacionais de acordo com a evolução social. Como se observa na citação abaixo:

O bibliotecário é o profissional que capta, seleciona, reúne, organiza e dissemina o conhecimento - registrado em materiais bibliográficos e multimeios, e a informação não processada - com vistas a facilitar o acesso do usuário à informação adequada às suas necessidades e gostos, por sistemas estruturados e/ou informais [...]. (GUEDES, 1985).

Entretanto, apesar de ser voltado para o conhecimento, seu espaço restrito por muitos anos foi apreciado apenas por indivíduos selecionados que dispunham dos prazeres de fazer parte de elites e de seus privilégios. Seus status asseguravam o acesso a essas áreas restritas às demais camadas sociais. Como observa Souza (2005, p.1), “[...] houve, para um dado local e um dado momento, a posse desigual do livro, a hierarquia das bibliotecas, de acordo com escalas de contrastes macroscópicos, entre dominantes e dominados, as elites e o povo”. Guedes (1985) completa o raciocínio salientando que “[...] em cumprimento ao papel social que exerce na transferência da informação o bibliotecário deve educar-se continuamente, pesquisando as melhores respostas e os serviços mais eficientes em benefício do usuário, cujas necessidades de informação constituem a razão de ser da profissão”.

Entretanto é necessário observar que a profissão de bibliotecário, apesar de prestar serviços para as elites, “não faz parte” delas, ao menos daquelas que estão no topo da pirâmide. Se for considerada que a classe média é uma espécie de elite, então o profissional bibliotecário estaria relativamente situado nesse estrato (RABELLO; ALMEIDA JUNIOR, 2020). Há com isso a abertura de lacunas na disponibilização de produtos e serviços – sobretudo para as classes desprivilegiadas –, considerando a relação informação e comunidade, algo que pode ser mitigado com a interação entre instituição/profissional e sociedade (RABELLO; ALMEIDA JUNIOR, 2020). Amaral (1995) observa que o:

[...] conceito de informação evolui na medida da evolução do conceito de consciência coletiva de uma sociedade. É nesse sentido que a prestação de serviços bibliotecários deveria ser considerada, embora essa dimensão de importância nem sempre seja visualizada (AMARAL, 1995, p. 3).

Amaral (1995) reafirma que o profissional da informação procura agir mediante as carências existentes no ambiente informacional em que atua, mas tendo a percepção de que existem falhas na observação das necessidades nos mais diversos setores, visto que muitas vezes não se existe a consciência coletiva social



que traria à luz problemas de uma parte populacional marginalizada. Dessa forma, o sistema como um todo age de forma a impactar diretamente na maneira como a informação e seu acesso são repassados para as camadas sociais, fazendo assim com que seja desigual a forma da divisão informacional de direito da população.

A evolução da tecnologia também tem grande impacto na dissociação da informação como um todo, visto que o fato de a informação ser globalizada é uma forma de se gerar capital e segregar ainda mais as classes mediante seu acesso. Amaral (1995, p.9) observa que, dentro desse cenário informacional, “[...] a contribuição política do bibliotecário deve fundamentar-se no princípio de que o aparecimento e a fixação de uma nova tecnologia carecem do respaldo da sociedade, de acordo com suas expectativas e seu nível de conhecimento”. Tal visão ainda se reflete nos dias atuais, onde certas parcelas da população não são assessoradas pelas mais diversas áreas do conhecimento, incluindo a biblioteconomia, que, em certos posicionamentos, lê essa parcela como “não-público”, primeiramente adotado por Flusser (1980).

Unindo o conceito de responsabilidade social a biblioteconomia, pode-se trilhar um caminho onde o profissional da informação esteja apto a observar todas as variantes que envolvem o âmbito no qual estão inseridos. Essa discussão é abordada desde a década de 1950. Nesse contexto, “[...] a responsabilidade social do bibliotecário resulta em que o acesso à informação não deve ser obstaculizado nem pela sociedade, nem pela religião, muito menos pelo Estado.” (BROADFIELD, 1949 *apud* CYSNE, 1993, p. 30 *apud* MORAES; LUCAS, 2012, p. 114). Amaral reforça esse pensamento ao incitar o desenvolvimento criativo dos profissionais da informação, fomentando que no futuro as máquinas não lerão as necessidades presentes nas comunidades e unidades informacionais da mesma forma que um bibliotecário treinado para preencher as lacunas existentes, ressaltando também que, nesse “[...] caminho, as condições de desenvolvimento da própria sociedade indicarão suas possibilidades de absorção das novas tecnologias”. (AMARAL, 1995, p. 9).

Partindo desse ponto – que enfatiza a prática –, Sueli Amaral (1995) explica que o profissional vem tomando novas configurações na contemporaneidade, no sentido de promover a mediação e o acesso às informações, incluindo a responsabilidade social que acaba por abranger classes menos favorecidas. A formação do bibliotecário é imprescindível para que exista mudança nesse âmbito;

entretanto, a população ainda carece de maior atenção nessa área, pois como observado anteriormente:

A população ainda é carente do acesso a bens e serviços essenciais e a mediação da informação seria um dos mecanismos para solucionar tal problemática. A prática do bibliotecário vem pautando-se na mediação de informações desde a sua origem, e, como tal, pode vir a colaborar com que se vença o aumento da concentração de renda por aqueles que possuem o fio, tal qual Teseu o tinha, como forma de chegar às informações desejadas sem se perder. Portanto, a responsabilidade social do bibliotecário deixa de ser centrada na organização do acervo para dar conta, cada vez mais, dos processos de mediação da informação [...] (MORAES; LUCAS, 2012, p. 114-115).

Nessa direção, Almeida Júnior (2009) observa que “[...] objeto de estudo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação deixa de ser a organização de suportes informacionais (documentos) para ser a mediação da informação”. Isso modifica ou amplia a concepção de atuação profissional na área, permitindo a ação dos profissionais formados e atuantes no sentido de mudar perspectivas a partir do foco na necessidade informacional do usuário, atuando na relação entre biblioteca e usuários, onde seja englobada a parcela populacional segregada e excluída, que vem sendo trabalhada em termos de não-público.

Dentro do cenário informacional acontece com certa frequência essa divisão estrutural. Flusser, em 1980, já havia observado a disfuncionalidade do sistema quando voltado para a parte marginalizada da sociedade: “[...] o desenvolvimento do espírito individualista burguês modificou de maneira significativa, por um lado, a relação do homem com a cultura [...] e do outro a relação do criador com o seu público”. Nessa direção, o autor se propôs a identificar o que chamou de “não-público”, de modo a estabelecer uma diferenciação da noção de público. Isso porque “[...] no nosso sistema cultural o público potencial pode vir a ser público efetivo, o não-público não o será jamais” (FLUSSER, 1980, p. 132), gerando a afirmação de que o não-público é esquecido pelos profissionais, algo que remete a um ciclo onde seria excluído de fazer parte do acesso a bens culturais e artísticos. O autor completa a linha pensamento com a seguinte observação:

[...] graças a uma política de democratização cultural, conseguir-se transformar o público potencial em público efetivo, o não público não

será transformado. Este continuará a ser marginalizado e esquecido. Para que uma Biblioteca Pública possa vir a ser plenamente pública é necessário que ela se volte para o não-público. (FLUSSER, 1980 p.132)

Rabello (2021), tomando como fundamento Souza (2011), e o que o autor chamou de “ralé estrutural”, dentro do cenário informacional, faz um paralelo com Flusser (1980), que dispõe de estudos com a temática de “não-público”. Rabello (2021), de modo particular, observa as nuances daquilo que denominou de praxiologias restritivas ou receptivas na perspectiva do tema “estudos de usuário” e, especificamente, no bojo dos estudos de práticas informacionais.

Nesse contexto, observa que o “[...] usuário (real ou potencial) de uma unidade de informação tradicional [...] pressupõe que o sujeito estudado somente o será por trazer consigo atributos os quais, por vezes, estão expressos em capitais acumulados e valorados socialmente.” (RABELLO, 2021, p. 114). As praxiologias consideram “[...] sujeitos e práticas diversas igualmente contribui com o campo das ciências da informação e da documentação, mas podendo considerar distintos estratos e contextos sociais”. De acordo com Rabello (2021), essa perspectiva trabalha em conjunto com a sociedade, observando suas nuances e seu funcionamento para oferecer um serviço que realmente supra as necessidades do público. Tal interação acaba por depender de fatores advindos do fato que:

Os aspectos psicológicos envolvidos na relação entre o bibliotecário e o usuário são complexos, variados e possivelmente por esta razão insuficientemente estudados. Por um lado tem-se o bibliotecário que, se está caracterizado enquanto profissional com funções e papéis a desempenhar, em um nível aceitável [...] Por outro lado, encontra-se o usuário que tem merecido mais atenção a nível de pesquisa mas que é ainda insuficientemente conhecido. Quando estas pessoas interagem entra em ação, de ambas as partes, um vasto complexo de variáveis que vai influir decisivamente na quantidade, na qualidade, na direção, no êxito do relacionamento. Entre essas variáveis estão: motivação, necessidades imediatas, atitudes, valores, autocontrole, auto-imagem, sociabilidade, conhecimento, afetividade, e outras tantas características psicológicas que marcam a individualidade de cada pessoa. (WITTER, 1986, p. 33).

A autora complementa o argumento dizendo que:

[...] todos estes aspectos psicológicos e sociais que são marcantes na interação bibliotecário-usuário, não se pode ignorar que ela ocorre dentro de um contexto físico cujas características ergonômicas

poderão facilitar ou dificultar a relação. (WITTER, 1986, p. 33)

Uma vez que se elucida as nuances da dificuldade enraizada de uma disseminação informacional igualitária, é mais fácil entender as dificuldades estruturais e do agir, sob o viés da informação. Por isso a urgência de que tal assunto seja abordado na formação acadêmica daqueles que virão a ser profissionais da informação, procurando sanar as carências acometidas em comunidades ou locais de acesso remoto, lhes assegurando direitos previstos por lei e objetivando a melhoria de vida e o mínimo de reconhecimento social.

### 2.1.1 Estudo de usuários, e suas práticas, como meio para estudo do social

Com seu surgimento datado de meados da década de 1930, o campo denominado estudo de usuários vem se adaptando, mas foi somente na década de 1980 que tais estudos chegaram a abranger a comunidade beneficiada pelas tais instituições informacionais, sendo assim chamados primeiramente de estudos comportamentais, como ressaltou Araújo (2017), chegando a estudos de práticas informacionais como fundamento para se pensar a informação como fenômeno social.

Essas práticas informacionais têm seu nascimento no quadro intelectual das ciências humanas e sociais. De modo convergente, os autores Lallement (2004), citado por Araújo (2017), observam que:

[...] quadro esse marcado pela existência de distintas escolas ou tradições de pesquisa que se estruturam em torno de determinadas concepções. Lallement (2004) apresenta uma sistematização dessas tradições, identificando a existência de três grandes posturas intelectuais: as teorias voltadas para o ordenamento social, isto é, para a integração e a lógica de funcionamento do sistema social tomado como um todo (vertente na qual se encontram o culturalismo, o funcionalismo e o estruturalismo); as teorias voltadas para as contradições do social, isto é, que examinam a vida humana a partir de um ponto de vista macroscópico, como a vertente anterior, mas com ênfase nos conflitos que a perpassam e a estruturam (marxismo, pós-marxismo e historicidade); e as perspectivas voltadas para a construção social, que tomam os indivíduos como ponto de partida das investigações, dando lugar preferencial para os atores (pragmatismo, interacionismo e etnomedologia). Tais tradições podem ser resumidas na construção de duas dicotomias:

“ator/sistema” e “ordem/conflito”, embora, alerta o autor, “convém efetivamente evocar conjuntos não rígidos com variáveis que se entrecortam e não tanto territórios rigorosamente delimitados”. (LALLEMENT, 2004 *apud* ARAÚJO, 2017, p.219)

Lallement (2004 *apud* ARAÚJO, 2017) apresenta a característica intelectual para que são voltadas ao ordenamento social, frisando que esse ordenamento é também um dos motivos pelos quais a informação é dividida de forma não igualitária, pois abrange um modelo social no qual a parte marginalizada não é levada em consideração, sendo:

[...] teorias voltadas para o ordenamento social, isto é, para a integração e a lógica de funcionamento do sistema social tomado como um todo [...] (LALLEMENT, 2004, p.8 *apud* ARAÚJO, 2017, p. 219).

Já Corcuff (2001) salienta que a divergência presente em sua metodologia era a separação do idealismo e do materialismo, que posteriormente viriam a superar as dicotomias presentes na sociedade. Araújo (2017) explica que “[...] o primeiro é composto por aqueles que buscaram partir das estruturas sociais para chegar às interações entre os indivíduos, isto é, buscaram ultrapassar as dicotomias, mas com certa predominância das estruturas sociais e dos aspectos macrosociais da realidade”; o autor fecha o raciocínio com a seguinte observação: “O segundo é composto por aqueles que buscaram o contrário, partir das interações para chegar às estruturas sociais” (ARAÚJO, 2017, p.49-50).

Corcuff (2001) tem uma abordagem semelhante à de Bourdieu (1972), o qual caracteriza aspectos relativos às dicotomias em tópicos e, por meio destes, a construção dos parâmetros científicos que endossam a realidade humana e social, sendo:

[...] o primeiro deles, apontado pelo autor, é o fenomenológico (representado pelo interacionismo simbólico e pela etnometodologia) que analisa as maneiras como o mundo é visto, pelos sujeitos, como algo natural, [...] num nível subjetivo. O segundo é o objetivista, no qual se encontram o marxismo e o estruturalismo, que analisa as relações objetivas que estruturam as práticas, de forma independente das consciências individuais. (CORCUFF, 2001 *apud* ARAÚJO, 2017, p.219).

Bourdieu (1972), observando essa dualidade, objetivou trabalhar um meio onde ambas superariam suas limitações e as uniria de forma a “[...] reposicionar o

pesquisador, que passa então ter como objeto de estudo o sistema de relações objetivas e também o processo de interiorização desse sistema sob a forma de disposições para a ação” (BOURDIEU, 1972 *apud* ARAÚJO, 2017, p. 2020), chamando-as de abordagens praxiológicas fazendo referência ao conceito da palavra “práticas” presente no termo “práticas informacionais”.

Dessa forma, o autor além de condensar ambas as concepções de práticas, também realiza uma crítica que engloba o subjetivismo e objetivismo relacionados à condição humana, visando superar tal dicotomia, o autor cria um conceito acerca do que seria “habitus”, salientando que:

[...] fornece, ao mesmo tempo, um princípio de sociação e de individuação: sociação porque as nossas categorias de juízo e de ação, vindas da sociedade, são partilhadas por todos aqueles que foram submetidos a condições e condicionamentos sociais similares individuação porque cada pessoa, ao ter uma trajetória e uma localização únicas no mundo, internaliza uma combinação incomparável de esquemas[...] (BOURDIEU, 1972 *apud* ARAÚJO, 2017, p. 220).

Entretanto, Rabello (2013) aborda a lacuna deixada pelos estudos de usuários na ciência da informação através de uma avaliação de revisões de literatura, mediante a qual observa que, “[...] à luz da complexidade de um sistema de informação, os estudos observados desconsideravam o conjunto das fontes de informação e o contexto pelo qual as informações são disponibilizadas”, tal fato encobre as demais nuances que devem ser levadas em consideração, como, por exemplo, “[...] a experiência, a motivação, a orientação profissional etc. dos usuários, sob a influência dos sistemas social, político e econômico”. (RABELLO, 2013, p.156)

Sendo observado por Rabello (2013), Paisley (1969) defende que a atualização do sistema informacional e a inclusão dessas nuances nesses sistemas é a saída mais completa para que se exista uma hegemonia social, cultural e econômica, além de uma ligação direta entre o profissional da informação, o público-alvo e o ambiente onde seu usuário está inserido. Seu predecessor, Allen, em 1969, reduziu os tópicos abordados por Paisley, e dez categorias se tornaram seis, o autor leva em consideração que “[...] o cientista e o tecnólogo em seu comportamento particular como processador de informação que pode se relacionar com um grupo de trabalho/pesquisa, com uma organização (instituição), com uma sociedade profissional, com uma escola invisível ou com um sistema de informação formal”.

Ainda relacionado à Paisley (1968), Allen (1969) atrela os termos tecnólogo e cientista à “processadores de informação” que atuam em comunicações informais ou formais, onde as formais “[...] a ação será valorizada em relação à realização do processo de comunicação de forma padronizada e que considere o fluxo de informação” e as informais advém da necessidade, não obtendo uma regra certa para sua utilização.

Rabello (2013, p.182) conclui que a partir de tais estudos, e a observação dessas áreas mais abrangentes o usuário deixou de ser “[...] concebido estritamente como um sujeito passivo, um reservatório (*container*) de informação, bem como deixa de ser interpretado somente como um objeto para o escrutínio de práticas e comportamentos”, adotando assim a necessidade de estudo desse laço criado entre o usuário e a Instituição, deixando de ser objetificado e se tornando o centro dessa relação. E onde existia a carência de cooperação, através dos estudos de usuários tornou-se o elo que une os tipos de frequentadores.

### 2.1.2 Estudo de usuários no Brasil

Iniciado em meados da década de 1940 nos Estados Unidos e ganhando mais espaço no Brasil em meados da década de 1970, a temática do estudo de usuários provém da necessidade primordial de se entender o usuário e suas particularidades dentro do âmbito institucional. Araújo (2016) explica que foi só a partir 1966, com uma publicação que ressalta as nuances da necessidade informacional (*information needs and uses*) no *Annual Review of Information Science and Technology*, que a estruturação adequada dos conceitos pertencentes a esse campo de estudo abordadas neste periódico, pois com ele houve a “[...] integração e articulação dos diversos achados empíricos de centenas de pesquisas”. (ARAÚJO, 2016, p. 62). O autor comenta, ademais, sobre as três fases do estudo de usuário, e como foram importantes para que se dessem a construção atual deste campo de estudo:

[...] a existência de três grandes modelos de estudos de usuários da informação: um primeiro, normalmente denominado “estudos de uso”, presente no campo desde suas origens nos anos de 1930, que teve maior presença nas décadas de 1960 e 1970, e que continua sendo realizado contemporaneamente; um segundo, denominado estudos de “comportamento informacional”, que surgiu no final da década de 1970, teve seu auge nos anos 1980, e que também

continua sendo muito utilizado; e um terceiro, surgido em meados da década de 1990 e voltado para o estudo das “práticas informacionais” [...]. (ARAÚJO, 2016, p. 62)

Durante a década de 1980, Wilson (1997) defendeu a troca do nome do campo para comportamento informacional, numa tentativa de realmente abranger os usuários em sua relação com aspectos relativos à necessidade, busca e interação com a informação em distintas fontes e meios, bem como os reflexos positivos e negativos que tais relações mudanças trariam para as instituições. Nessa direção, Araújo (2020) observa que:

[...] se pretendia consolidar a ampliação do foco de estudos iniciada anos antes: do estudo do usuário interagindo com um único sistema, passava-se a estudar o usuário em suas várias ações informacionais, em seus vários momentos de necessidade de informação, seu engajamento em vários processos de busca e interação com diversas fontes, recursos, serviços e sistemas [...] (ARAÚJO, 2020, p.24).

Apesar de essa pesquisa sobre o conceito de “estudo de usuário” ser um marco na divisão e estruturação do conceito da categoria, por propor a observação da biblioteca em relação às necessidades do usuário – e não contrário, como comumente visto –, outros países, como Rússia e os Estados Unidos já tinham afinidade com a temática, proveniente da observação e interação de centros informacionais com seus frequentantes. O Brasil iniciou, no âmbito da pós-graduação, pesquisas no campo teve o começo dessas pesquisas em meados de 1970, na pós-graduação, mas apenas 12 anos mais tarde tais preocupações se converteram numa mudança curricular em cursos de graduação em Biblioteconomia só foi inserida na graduação cerca de 12 anos mais tarde, em no ano de 1982. Como podemos observar, apesar de ter decorrido tempo desde sua efetiva implementação, como observa Cunha (1982), à medida que “[...] avançaram no tempo, as pesquisas sobre usuários foram se transformando de uma simples descrição para uma postura mais analítica e avaliativa.” (CUNHA, 1982, p. 6).

O Brasil ainda não sanou os déficits existentes na sua estruturação. Araújo (2016) frisa “[...] que apenas agora, depois de quase cinco décadas de pesquisas, começa a ficar cada vez mais clara a existência de três grandes modelos de estudo de usuários da informação”, mas o autor reforça também que apesar do crescente



volume de estudos, ainda existem lacunas a serem preenchidas, tais como “[...] poucas pesquisas que utilizam como referencial os fundamentos cognitivos que sustentam a abordagem do “comportamento informacional”, e muito menos as que se realizam a partir da perspectiva construcionista e pragmatista das “práticas informacionais”.

Esta disciplina tem diversas nomenclaturas através das instituições brasileiras, também chamada de “disciplina do usuário da informação”, de acordo com a publicação de Nascimento (2010), onde a autora mostra, através de um estudo qualitativo realizado na faculdade federal de Santa Catarina que “[...] muitas são as pesquisas e publicações sobre os diferentes tipos de usuários e necessidades de informação”, mas também aponta que existe uma deficiência de materiais de formação voltados para a ação do profissional informacional, visto que de acordo com Cunha (1982) “O estudo de usuários engloba aspectos multidisciplinares e não é tão fácil definir seu escopo”.

Facultada pela observação da hegemonização dos ambientes e da seletividade informacional, podemos dizer que um desses materiais imprescindíveis é o ensino da abordagem de Flusser (1980) com o tema de “não-público”, como já abordado na seção acima. A necessidade diante, da abordagem desse assunto, é de reinserir não apenas usuários de estatística, mas realmente trazer a comunidade como um todo para usufruir desses espaços, ou, nas palavras de Rabello e Almeida Junior (2022), propor um possível redirecionamento da disciplina para “estudo de usuários e não-usuários”.

Essa hegemonização se dá pela característica de que somente homens, brancos e, normalmente, com status social elevado ou grande acúmulo de posses e riquezas, seria a justificativa para que os homens em “[...] caráter extraordinário deveriam dominar os outros para o bem da civilização humana.” (ROCHA, 2000, p.285 *apud* MELO; ALVES; BRASILEIRO, 2020). O Brasil, como um país que foi colônia europeia e se viu, em tese, “livre” da escravidão a menos de 150 anos, ainda arca com as marcas pesadas de uma mentalidade ocidental majoritariamente branca fomentada acima.

Dado esse contexto, podemos afirmar que a repercussão desse estereótipo permeia nossa sociedade nos mais intrínsecos pontos, um deles é o acesso informacional. No tópico de estudo de usuários é extremamente importante que os profissionais da informação observem e abracem esse lado esquecido que muitas

vezes tem seu acesso negado para estes fins culturais por não existir um suposto encaixe social, quantidade de bens, ou, pelo foco desta pesquisa, por ser mulher e negra. Melo, Alves e Brasileiro (2020) trazem a seguinte perspectiva baseado nos relatos de mulheres que “furaram a bolha” e conseguiram ter acesso educacional superior e usufruir de suas conquistas acadêmicas, mas que ainda assim tiveram seu ingresso minimamente contestado:

Ao serem questionadas sobre a construção de suas identidades, algumas mulheres citaram situações de violência simbólica que as fizeram despertar para sua condição de “diferentes”. Essas diferenças eram sentidas em razão de suas características físicas, de sua classe social e até mesmo de sua condição de mulher. [...] (MELO; ALVES; BRASILEIRO, 2020, p. 303).

Mediante as informações colhidas, os autores também afirmam que a mudança notável e a troca de vivências, além da afirmação das *escrevivências* dessas mulheres, ocorreu por intermédio do acesso aos espaços informacionais que elas obtiveram, por meio de redes de apoio e incentivo. Onde voltamos a salientar sobre a necessidade e a importância do preenchimento dessa lacuna pelos profissionais da informação, a começar pela mudança de currículo na formação destes contribuintes, perpassando por toda uma desconstrução na visão social, deslegitimando certos preceitos enraizados e assegurando o direito básico informacional a pessoas interpretadas como marginalizadas.

### 2.1.3 Formação e atuação profissional no campo de estudo de usuários

Como já citado, o campo de estudos de usuário aos poucos foi buscando solucionar lacunas da área de ciência da informação. O conceito passou por várias adaptações até que se chegasse ao modelo próximo do utilizado atualmente. Entretanto, desde a década de 1980 quando Flusser trouxe a temática de “não-usuário” novas abordagens metodológicas foram levadas em consideração e são objetos de estudo até os dias atuais, buscando justamente sanar e chegar até os problemas provenientes dessa parcela invisibilizada da população.

É sabido que o profissional da informação guarda e organiza os documentos que compõem todo e qualquer unidade de informação, porém, posteriormente, a tradicionalidade presente nas instituições acaba por tornar invisíveis possíveis usuários por causas externas, como cor de pele, classe social e até a leitura do não

pertencimento ao espaço por estilo de vida ou por outras impossibilidades, como é o caso daquelas de leitura, para pessoas analfabetas, ou de acessibilidade do espaço físico, para pessoas portadoras de deficiências.

Os usuários em potencial também são segmentados pelos profissionais atuantes, principalmente aqueles que desfrutam de alguns dos serviços prestados, obtendo um tipo de “[...] perfil ideal do usuário da informação determina, mesmo que não explicitamente, as bases para políticas de ações e serviços oferecidos nos equipamentos informacionais, somadas àquelas voltadas para o desenvolvimento de acervos, a organização, a recuperação, o acesso e a disseminação da informação”. (RABELLO; ALMEIDA JUNIOR, 2020, p. 19).

O conceito de “não-público” não foi a única contribuição de Flusser (1980) para se modificar o olhar sobre o “não-usuário” (RABELLO; ALMEIDA JUNIOR, 2020, p. 19). Flusser se propôs ainda a separar o que seria o tradicionalismo presente nas bibliotecas de uma biblioteca verdadeiramente pública, onde seguir a vertente tradicional implica em desconsiderar o não-público e focar somente no usuário hegemônico, já uma instituição verdadeiramente pública se remete a um centro informacional capaz de gerir todo um público com focos individuais de necessidades.

Pouco a pouco o tradicionalismo foi perdendo seu espaço e realmente dando espaço a realidade de uma biblioteca, entretanto esse modelo ainda é bem melhor executado em sua versão teórica. Advindo da colonização, o estigma em relação a corpos não tradicionais (brancos, héterossexuais e masculinos) ainda não foi quebrado, e a utilização desses espaços por pessoas marginalizadas ou de minorias ainda é negligenciado. Rabello (2022) coloca em evidência tais fatos, de acordo com:

Tais barreiras podem se manifestar via reprodução de preconceitos e de estruturas sociais que legitimam as desigualdades, ou mesmo via inadequações institucionais, atingindo, sobremaneira, segmentos sociais desprivilegiados. Tais inadequações ocorrem, por exemplo, em relação à acessibilidade a determinados espaços ou a determinados produtos e serviços. (RABELLO, 2022)

O que os autores Melo, Alves e Brasileiro (2020) chamaram de barreiras informacionais têm por conceito “[...] questões de natureza material que dificultam o alcance dos objetivos informacionais das integrantes [...] sendo necessário mais

que conhecimento instrumental para que essas barreiras possam ser superadas”, nada mais são que os reflexos rotineiros de acontecimentos passados mas que ainda causam impacto direto no exercer fundamental do profissional da informação, a disseminação do conhecimento.

No Complexo do Alemão, composto por quinze favelas, localizadas na zona norte do Rio de Janeiro, a Biblioteca Comunitária Fazendinha, fundada em outubro de 2012, tem promovido uma possível mudança realizada nas comunidades a partir de sua introdução, a começar pelo público alvo infanto-juvenil. De acordo com a pesquisa de Soares (2014), a mencionada Biblioteca tinha assiduidade semanal que, correspondendo a 80% do público geral, sendo, em sua maioria, composto de crianças e adolescentes do sexo masculino, somando a 20% do público compostos por adultos e idosos. Soares (2014) ressalta que, apesar de não existirem maiores críticas provenientes dos usuários, existe um ponto em comum que foi tocado pelos entrevistados “Pelo fato da biblioteca agir como elemento de quebra de rotina e entretenimento maciço e diário para eles, o único ‘problema’ constatado através das pequenas porcentagens das respostas seria que a biblioteca poderia ter um horário de atendimento maior, que abrisse aos domingos”. O autor complementa que na Biblioteca Fazendinha:

[...] o profissional da informação usa da literacia – capacidade de cada um usar os conhecimentos obtidos em uma leitura ou outra fonte de conhecimento para desenvolver um bem para a sociedade em geral – para além das fronteiras do auxílio informacional se faz necessário transpor suas atribuições em prol do ato de inclusão social de uma população carente que convive desde sempre com o rótulo de ter moradia em um dos lugares mais violentos da cidade e sem opções de lazer e entretenimento, estigmas que estão sendo minimizados graças ao trabalho de inserção cultural, fomento para a comunidade do Complexo do Alemão. (SOARES, 2014).

Observa-se que esta iniciativa corresponde a um dos tópicos citados por Flusser (1980) naquilo que o autor entende por uma biblioteca verdadeiramente pública. Entretanto, o caso da Biblioteca Fazendinha demonstra a ação dos profissionais e a participação e auxílio financeiro da iniciativa privada, sendo diferente da alusão de Flusser, cujo entendimento é de que as bibliotecas públicas devem ser supridas e geridas pelo Estado. Mediante a necessidade de uma

estratégia que chamasse o público, a Biblioteca Fazendinha se localiza em um local de acesso relativamente fácil para a comunidade. O seu público, majoritariamente infanto-juvenil, desvincula o ambiente de uma biblioteca ao estereótipo do “castigo”, transformando no que Soares (2014) abordou como “[...] locais dinâmicos e atrativos de aprendizagem cultural e artística”, apresentando avanços, segundo o autor.

O Brasil conta com diversas bibliotecas comunitárias, que, de acordo com Guedes, podem ser interpretadas como:

[...] ambientes físicos criados e mantidos por iniciativa das comunidades civis, geralmente sem a intervenção do poder público. Estes centros comunitários possuem um acervo bibliográfico multidisciplinar, abarcando diversas tipologias documentais. Suas coleções, por vezes, possuem organização improvisada ou intuitiva, pois o objetivo principal desses espaços é ampliar o acesso da comunidade à informação. (GUEDES, 2011).

Guedes (2011) observa ainda que tais espaços “[...] se localizam nas regiões e bairros periféricos dos grandes centros urbanos e objetivam suprir necessidades de informação, cultura e lazer dos grupos sociais ali existentes”. Como a biblioteca supracitada corresponde a espaços onde pessoas de baixa renda têm acesso ao mínimo de lazer e cultura em áreas remotas ou periféricas. A pesquisa “Bibliotecas comunitárias no Brasil: Impacto na formação de leitores” – um estudo realizado em 2018 e encabeçado pelas universidades UNIRIO e UFPE, aliadas ao Centro de Cultura Luiz Freire (PE) –, demonstra que 66.5% das iniciativas que originam esses espaços, são mediadas por coletivos e movimentos sociais das regiões onde atuam. André Nicolau, autor do texto, observa que:

Entre as atividades realizadas nos espaços, destacam-se saraus, slams, leituras compartilhadas, exibição de filmes e outras programações que visam a promoção educacional e cultural nos territórios. Sem apoio das autoridades na maioria das vezes, as bibliotecas se mantêm por meio de doações e participação de voluntários. (NICOLAU, 2022).

A pesquisa traz também que “[...] 86,7% dessas bibliotecas estão localizadas em zonas periféricas de áreas urbanas em regiões de elevados índices de pobreza, violência e exclusão de serviços públicos. Do restante, 12,6 % delas estão em zonas rurais e apenas 7% em áreas ribeirinhas” (NICOLAU, 2022). Luis Gustavo dos Santos, um dos idealizadores da pesquisa, além de mediador de leitura, trouxe o seguinte

apontamento:

Descobrimos que essas bibliotecas estão, em sua maioria, em regiões periféricas. Mas uma grande característica é que essas bibliotecas estão onde o poder público não chega. Elas surgem por essa vontade da comunidade em ter esses espaços, que muitas vezes são os únicos espaços culturais nos territórios. (SANTOS, 2018).

A pesquisa contemplou 143 instituições, sendo que, dessas, 92 estão vinculadas a Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC), enquanto as outras 51 não contêm nenhum tipo de elo com a instituição, sendo estudadas em 15 estados brasileiros mais o Distrito Federal. Camila Boehm, a repórter que escreveu sobre o estudo citado, observa que “Os pesquisadores destacam a luta das comunidades para conquistar e garantir seu direito nesses territórios marcados pela exclusão de políticas públicas de cultura e educação” (BOEHM, 2018), reforçando a proximidade que esses espaços criaram com suas respectivas comunidades e sua interação, juntos, visto que a maior parte das instituições citadas traz mais que apenas um espaço cedido para leitura, contemplando atividades conjuntas, saraus, e diversas outras iniciativas culturais.

Stéfanie Felício da Silva, uma das articuladoras responsáveis pela Biblioteca Articulada Ademir Santos, localizada na Zona Leste da capital paulista, outra Instituição comunitária inserida na pesquisa – traz sua própria experiência ao salientar que:

Só de a criançada chegar, entrar aqui e passar a tarde toda já acho muito importante porque, [...]. Elas estando aqui dentro, elas estão entrando em contato com outras culturas, outros conhecimentos e elas não estão tão vulneráveis como elas poderiam estar na rua. (SILVA, 2018).

Entretanto, as ações intermediadas não exclusivas a uma faixa etária específica, não muito longe da Zona Leste; a Biblioteca Comunitária Solano Trindade, que tem como apoio o Coletivo de Esquerda Força Ativa e uma parceria com o Coletivo Mulheres Búfalas, traz ações que englobam mulheres pretas em situação de alta vulnerabilidade e suas nuances, onde as *Leitoras Literárias* têm espaço e voz de debate sobre uma literatura escrita por mulheres negras para mulheres negras, onde mais de uma edição já foi realizada. Suilan de Sá, sua idealizadora, explica que “A ideia dessa atividade é permitir que as mulheres falem quais foram os impactos dessa leitura na vida delas, tragam os pontos que as

sensibilizaram mais, compartilhem se tiveram alguma lembrança específica [...]”. (apud SILVA, 2018).

O estudo acabou por retratar uma realidade, onde nota-se que os profissionais que atuam em bibliotecas comunitárias ou que trabalham diretamente com as camadas em situação de vulnerabilidade social que acabam cumprindo uma gama de funções, desde a gerência até a mediação de leitura.

Alegando que a importância dos profissionais começa a partir do momento em que um usuário em potencial coloca os pés no recinto, Santos (2018) reitera que “Muitas pessoas entram na biblioteca apenas como leitores e saem como mediadores. Então, existe um grande impacto na formação dessas bibliotecas comunitárias”. É importante salientar que esse impacto se deve ao exemplo que esses profissionais são para as comunidades, a maior parte dos mediadores de leitura tem alta escolaridade, de acordo com a pesquisa, são cerca de 90% tem como escolaridade mínima, o ensino médio completo, variando até portadores de pós-graduação.

Concluindo, a pesquisa mostrou que essas bibliotecas são acessíveis e comprometidas com as comunidades nas quais estão inseridas, onde os acervos têm por prioridades as necessidades específicas de cada localidade e também chamando a atenção para o fato de “[...] que a população identifica a biblioteca e os mediadores de leitura como referências”, como apontado pelo próprio Santos (2018), algo que reforça ainda mais a necessidade de observação do profissional da informação mediante as dificuldades surgidas na construção de um ambiente inclusivo e benéfico a todos os seus contribuintes.

## **2.2 Desigualdade e invisibilidade social na biblioteconomia e ciência da informação**

Devido ao ambiente de acesso restrito, como já salientado anteriormente, as camadas com menos ascensão social tinham - e ainda têm - seu acesso dificultado a instituições de guarda e coleta de memória (seja como usuária ou como profissional atuante), já que é raro se obter o tal estímulo ao consumo de bens culturais, artísticos e históricos. Dentre essa parcela da sociedade, podemos

identificar as pessoas negras, mais especificamente, mulheres negras, que estruturalmente devido às relações de poder citadas por Scott (1990), *apud* Silva e Romero (2018), acaba por ser subjugadas com “[...] fundamentos percebidos pelas diferenças existentes entre os gêneros”, as organizadoras completam com as “[...] relações de gênero são relações socialmente construídas nas quais se evidenciam estruturas de poder e hierarquias entre os sexos no interior das organizações e grupos sociais, não sendo diferente no campo científico” (SCOTT, 1990 *apud* SILVA; ROMERO, 2018, p. 18). Scott afirma que, no âmbito da biblioteconomia e ciência da informação, existiu um apagamento do gênero feminino. Isso tem ocorrido diante do fato de que, desde antiguidade, muitas culturas vedavam a participação de mulheres dentro destes espaços informacionais, pouquíssimas vezes agregando mulheres em seu contexto. Apesar disso, o papel da guarda e manutenção de materiais bibliográficos vem sendo atribuído às mulheres e, atualmente, muitos dos profissionais que ocupam esses espaços, com cargos de bibliotecários, são mulheres.

Observando toda essa dificuldade de acesso não é de se surpreender que exista essa carência de profissionais com essa representatividade, principalmente nos anos anteriores à virada do século 2000. A autora Espírito Santo (2008) observa que “[...] a mulher é gerada por hierarquias sociais interligadas a fatores políticos, econômicos e sociais”. Leta (2003), nessa direção, afirma que “[...] historicamente, a ciência sempre foi vista como uma atividade realizada por homens”. Se não existiam profissionais com vivências dessas pautas de segregação, como tais questionamentos poderiam ser levados ao debate e então resolvidos?

Souza (2009) cita as dificuldades de mulheres negras pertencentes ao que ele chamou de “ralé estrutural”, onde conta por meio de estudos de caso, como as oportunidades aparecem e são interpretadas para pessoas de classes sociais mais baixas e como a alta sociedade, a quem normalmente essas mulheres negras servem, reforça os estigmas de segregação por status social e merecimento. A “ralé” é composta pelo que é comumente chamado de “classes ‘C’ e ‘D’”, são a parcela populacional que não dispõem de acesso a todos ambientes de cunho informacionais, culturais e etc. No âmbito brasileiro, a “ralé estrutural” é composta majoritariamente de pessoas pretas e pobres, que dispõem de escassez dos princípios básicos, como acesso à educação, saúde e moradia, e que por um



contexto prioritário, observando as construções familiares e a “lavagem cerebral” acerca do não pertencimento feita nessas classes, a tendência que esse ciclo continue a se repetir.

Flusser (1980) tem uma abordagem semelhante no contexto da comunidade de usuários. Estes sujeitos são normalmente classificados como público efetivo e público potencial. Essa lógica tradicional funciona de forma a excluir a parcela populacional que não tem contato com instituições informacionais, aqui caracterizado, por Flusser, como “não-público”. Dentro desse viés estrutural, Flusser visa incluir aquela parcela da sociedade que, muitas vezes, é tida como sem possibilidade de ascensão, permanecendo esquecida e marginalizada, tanto pelo viés elitizado de escolha do usuário quanto pelo fato de a parcela de não-usuários nunca terem sido mobilizada a fazer parte desses espaços (RABELLO; ALMEIDA JUNIOR, 2020).

O ponto em comum entre ambos é o fato de tanto a “ralé estrutural”, quanto o “não-público” se originam, em parte, da parcela preta e pobre que constitui a sociedade, marginalizada e esquecida. Rabello e Almeida Junior (2020) observaram que:

[...] o conceito de usuário de informação se refere a um tipo de sujeito estudado: a) descontextualizadamente em sistemas de informação (modelos físico e cognitivo); b) contextualizadamente, podendo prescindir da noção de sistema (modelo social); e c) a partir de algum privilégio individual/social (capital econômico, cultural e social). (RABELLO; ALMEIDA JUNIOR, 2020 p. 1)

Gomes (2016) observa que, desde a chegada das bibliotecas em solo brasileiro, pessoas negras, ainda escravizadas, e outras minorias, como leprosos, foram proibidas de frequentar esses espaços. Infere-se que o preceito enraizado que temos hoje se deve ao fato da segregação sofrida em um passado que ainda está presente: a “[...] falta de acesso à educação e a extensão da escolaridade para a população negra também pode ser entendida como fator de exclusão ao acesso às bibliotecas”. Por mais que esse quadro tenha sido revertido posteriormente, em meados do século XIX com a democratização destes espaços o preceito ficou estigmatizado, podendo notar que:

[...] Em uma análise dos recursos e serviços oferecidos pela biblioteca, nota-se também o caráter elitizado presente no estímulo

das práticas de leituras canônicas, silenciosas, individuais, em detrimento do incentivo às leituras que retratam o contexto cotidiano das (os) leitoras (es) bem como a cultura e as suas manifestações populares envoltas nas práticas coletivas “ruidosas”. (GOMES, 2012 p. 744)

Já a autora Castrillon (2013) observa esse cenário girando em torno da economia, ao alegar que “[...] esse fato pode ser originário de um modelo de sociedade capitalista que considera a leitura pouco lucrativa em termos de produtividade, portanto não privilegiada a não ser como acesso à informação valorizando somente leituras técnicas e científicas.”, de forma a continuar reforçando o arquétipo do monopólio de pertencimento científico majoritariamente branco e masculino e findando que a maior parte do investimento iria para essas bibliotecas, deixando à mercê da vulnerabilidade informacional as bibliotecas públicas e em locais remotos.

Rabello (2021) explica que “[...] o público é composto por sujeitos denominados usuários da informação” e tem por características “[...] sociais, culturais e econômicas” que “[...] adquirem visibilidade e proeminência”, que em sua maioria são denominados usuários reais ou potenciais, , o que acaba por excluir a parcela populacional que não se encaixa, o autor ressalta:

[...] é possível refletir sobre uma classe social que formaria a base da pirâmide no Brasil. Ela se edificaria tendo como alicerce uma parcela significativa da população. Ela estaria à margem da “sociedade” e apareceria “invisível” aos olhos das camadas superiores da pirâmide. De modo não pejorativo, mas provocativo, Souza (2011) denomina essa classe de “ralé estrutural”, fruto de um passado de escravidão e da formação de um Estado patrimonialista, cujos valores e práticas estão presentes e moldam o pensamento dominante na sociedade brasileira. (RABELLO, 2021, p. 100).

Numa tentativa de diminuir essa diferença, e devido a especificidades atuais, o autor Almeida (2021) aborda sobre as noções de tecnodiversidade, um conceito observado a partir da criação de um software livre de nome ATOM, onde condensa documentos textuais, audiovisuais e/ou iconográficos, dando acesso exclusivo e direcionado a uma parcela populacional que sofreu e ainda sofre com o apagamento, Almeida (2021 p.234) reitera comentando que “implicam em alguma forma de apropriação social e individual das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Essas apropriações demarcam novas práticas informacionais,

culturais e políticas, chegando mesmo a incidir sobre as estruturas sociais das instituições nas quais ocorrem.”

O autor completa o raciocínio instigando que as TIC's (Tecnologias de Informação e Comunicação) são parte essencial para que mais projetos como o citado anteriormente surjam, visto que o meio tecnológico está em constante expansão podendo assim ser levado para os locais mais remotos e estabelecendo uma real conexão com as sociedades e onde estão inseridas as necessidades informacionais de um grupo (ALMEIDA, 2021). Entretanto, ele não se deixa enganar sobre as dificuldades dessa liberdade de acesso e explica

[...] como a falsa ideia de “neutralidade” das tecnologias: não há rede sem planejamento, sem hierarquia, sem estruturação prévia, já que os conhecimentos não existem fora de um contexto social, nem se reorganizam de maneira aleatória. O sistema cultural do mundo contemporâneo caracteriza-se, cada vez mais, por sua crescente complexidade[...] (ALMEIDA, 2021, p. 244)

Almeida (2021) observa na prática, ao se deparar com a grande São Paulo e suas divergências, da total infraestrutura informacional a nenhum tipo de suporte, separados apenas por um muro alto e a portaria de um condomínio luxuoso. Entretanto, ainda que a passos menores, as TIC's fazem diferença onde se instalam, fazendo com que “Uma dinâmica sociocultural completamente nova começa a ganhar forma, a partir da apropriação das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e das redes de compartilhamento e sua tradução em ações e políticas culturais.” (ALMEIDA, 2021, p. 253)

Um claro exemplo é a popularização do suporte online em diversos aparelhos *mobiles*, onde por mais dificultoso que o acesso seja, ele está presente de forma rápida. Uma mensagem deixada em uma mídia social, um vídeo assistido numa plataforma implicando em diversas visualizações, comentários e uma gama informacional expansível, são exemplos de como as TIC's são importantes no papel dos profissionais e instituições informacionais. Graças ao leque de possibilidades trazido por essas tecnologias, muitas mudanças também vêm ocorrendo, abrindo novos caminhos, o que o autor chamou de ações de mediação e trazendo novas indagações acerca da necessidade de um *desintermediário*, conceito esse que já ocorre, conforme explicado por Almeida (2021):

O desenvolvimento de serviços e produtos informacionais cada vez mais sofisticados e, simultaneamente, de um uso relativamente fácil por parte dos indivíduos constitui o contexto que possibilita a elaboração de um conceito como o de desintermediação. (ALMEIDA, 2021, p. 244).

Apesar de sua popularização, o autor também ressalta que essa vaga ideia de neutralidade informacional e seu acesso livre é controversa, afinal, “[...] não há rede sem planejamento, sem hierarquia, sem estruturação prévia, já que os conhecimentos não existem fora de um contexto social, nem se reorganizam de maneira aleatória”, tornando uma estratégia de permanência dessa centralidade de acesso, perpetuando o ciclo de negligência informacional, ignorando o fato de ser um direito a todos, sendo, assim, um bem que deveria ser de acesso aberto, no caso, à informação. Os autores Bezerra e Almeida (2020) convergem com a linha de raciocínio de Almeida (2021), salientando que:

Esta desigualdade social não se resume somente à partilha adequada dos recursos, mas envolve a participação na determinação das oportunidades de vida, tanto individuais como coletivas. Trata-se de uma perspectiva democrática e igualitária que fundamenta uma discussão crítica sobre a mediação algorítmica dos novos regimes de informação. (BEZERRA; ALMEIDA, 2020, p.12-13)

Embora gratuito e de fácil acesso os grandes organizações que controlam essas bases informacionais, ou qualquer outro tipo de plataforma “consumível” tem acesso aos dados pessoais do usuário e “[...] permaneçam expostas às escolhas ditadas por algoritmos, com base nas suas escolhas prévias” a inclusão da maior parte da população mascara o fato de que essas mesmas pessoas que têm acesso ao conteúdo online ainda não tem seu acesso liberado a instituições diversas de fins artísticos e culturais, justamente pelo motivo de que tais distribuições continuam sendo feitas de maneira irregular.

A falta de infraestrutura de alguns espaços são grande parte do motivo, pois embora as classes “C” e “D”, também conhecida como “não-público” (FLUSSER, 1980) ou “ralé estrutural” (SOUSA, 2009), tenha aumentado seu acesso à banda larga, de acordo com os estudos realizados por Almeida (2021) no período de 2012-2017 esse acesso se deve por aparelhos móveis e normalmente fora da zona de moradia do usuário em questão, normalmente, onde os pontos de banda larga são

gratuitos e/ou livres de senha, estando suscetíveis na maior parte das vezes a uma internet devagar, sem boa conexão. Outro ponto a ser mencionado é o fato de que, por mais que bibliotecas comunitárias cheguem com acesso informacional, sua existência não anula o fato de que são medidas tomadas devido ao cenário no qual estão inseridas. Sendo assim, quando uma pessoa tida como marginalizada quebra a bolha e adentra nesses espaços, sua presença nem sempre é bem quista, seja pelo despreparo dos profissionais, seja pelos mais diversos “desconfortos” que possam vir a ser causados por terceiros.

Conforme observado por Rabello e Almeida Junior (2020), os conceitos “não-público” e “ralé estrutural” podem se complementar quando pensados no contexto das unidades de informação. A luz do conceito de “não público”, Flusser (1980) traz aqueles indivíduos que não são sequer cogitados para se fazerem parte da dita sociedade informacional. Souza (2009), por outro lado, entende que a ralé estrutural é composta pelos indivíduos marginalizados e não vistos perante a sociedade.

A união desses conceitos acontece quando é possível perceber que os indivíduos desconsiderados pela sociedade de Souza (2009) são diretamente ligados aos “não-público” (RABELLO; ALMEIDA JUNIOR, 2020) de Flusser (1980), pela identificação que esses grupos correspondem a mesma parcela da sociedade. Coincidentemente, a parcela populacional que tem menos acesso à informação no Brasil, conforme observado, é negra, pobre e periférica.

Rabello (2021), em seu texto “‘Usurários’ de informação: notas quase ficcionais”, notabiliza que informação/conhecimento é poder encarnada na figura do profissional de informação como um “usurário”, ou seja, um sujeito que pratica usura. Esse texto abre margem para a reflexão acerca do acesso informacional. Infere-se que a amplitude para o acesso inclui desde educação de base decente e igualitária a todos até a um suposto horário de funcionamento dos espaços destinados para fins culturais, bem como a diferença de acesso digital mediante as oportunidades referentes aos nichos sociais e suas vivências.

O poder da posse e da guarda, bem como o poder do acesso a recursos informacionais leva a uma reflexão ética sobre a figura dos profissionais “usurários” de informação [...] os profissionais de informação definem qual será o público, isto é, quem serão os usuários de informação efetivos e potenciais. Em ambas as escolhas, consideram-se ou desconsideram-se sujeitos, guardam-se ou compartilham-se recursos materiais e simbólicos. (RABELLO, 2021).

Ao abordar o profissional de informação como “usurário”, o autor aborda ainda a diferença entre não saber que está excluindo uma parcela da população, e saber e mesmo assim continuar com essa prática de exclusão, situando que “[...] Ele o faz, por exemplo, quando ignora ou promove obstáculos institucionais, ou quando age segundo preconceitos”. E finaliza o argumento observando que: “Complementarmente, o profissional silencia sujeitos ao desconsiderar aqueles pertencentes a determinadas classes sociais”. Rabello perpassa também a tradicionalidade institucional que uma biblioteca é composta, explicando que:

As instituições tradicionais, nesse contexto, podem se apresentar como “caixas de penhores”. Nelas criar-se-iam e/ou manter-se-iam facilidades ou barreiras para o público (usuários efetivos ou potenciais) e/ou para o não-público (n)ão-usuários). Neste último caso, pesam barreiras em contextos de desigualdade e de invisibilidade social, relacionadas às condições das classes menos privilegiadas. (RABELLO, 2021).

Embasado nos pensamentos de Núbia Moreira, os autores Reis e Santos (2019, p. 270) salientam que “A mudança de perfil das mulheres negras está a permitir a construção de uma elite intelectual feminina negra que disputa uma visibilidade representativa”, reforçando ainda que por mais que essa seja uma pauta começada em meados do século XIX, é ainda, extremamente condizente com a atualidade.

[...] diante do anseio é que se faz oportuno retratar a representação da informação e do conhecimento como alicerce de representação social para fins de oportunizar visibilidade e mudança de paradigma para o cenário do feminismo negro, atendendo aos aspectos de subjetividade e alteridade à ciência (REIS; SANTOS, 2019, p. 270)

Apesar de muitos questionamentos girarem em torno dos espaços físicos, é importante que lembremos também da vertente digital, também no bojo daquilo que Rabello (2022) denominou de barreiras informacionais, tendo por orientação a “reprodução de preconceitos e de estruturas sociais que legitimam as desigualdades, ou mesmo via inadequações institucionais, atingindo, sobremaneira, segmentos sociais desprivilegiados”.

Unindo os segmentos, é possível observar que temos um acesso restritivo para essas minorias, sendo uma redução drástica do que poderia ser, caso esse acesso conseguisse chegar a todas as camadas sociais. Visto que essa falta se deve a fatores internos - condições financeiras, local com acesso mínimo a internet, necessidade de ajudar na renda - e externos - racismo estrutural, agressões verbais,

sensação de não-pertencimento - acabam por externalizar a dificuldade que a “ralé estrutural” (SOUZA, 2009), e conseqüentemente do “não-público” (FLUSSER, 1980), tem de se furar a bolha da falta de acesso, trazendo a luz da união de ambos os conceitos (RABELLO; ALMEIDA JUNIOR, 2020), resulta no que podemos entender por uma desobstrução das vias sociais onde habitam as minorias negras gerando a divisão de forma desigual do conhecimento e do acesso a bens de cunho artísticos e culturais.

Observando a problemática, entender a aplicação dos conceitos para a biblioteconomia é apenas o primeiro passo de uma jornada inclusiva, que deve começar na formação do profissional, fazendo-o entender o conceito da biblioteca verdadeiramente pública aplicado por Flusser (1980) para só então conseguir realizar sua inserção da melhor maneira possível nos mais diversos ambientes institucionais.

## **2.3 Informação para grupos vulneráveis: o caso das mulheres negras**

### 2.3.1 Dimensões teóricas que tocam a questão do preconceito à negritude

Observando a sociedade em que atualmente vivemos, podemos afirmar que apesar dos avanços na luta pelos direitos femininos, ainda existem centenas de variáveis que dificultam ou impossibilitam a mulher de chegar em locais onde homens já são esperados e têm seu caminho facilitado, mediante a estrutura machista da sociedade. Ainda existe uma subdivisão: mulheres brancas têm maior facilidade de acesso que as mulheres pretas, e também de conseguirem oportunidades, baseada nas marcas deixadas pela escravidão que assolam o Brasil a, pelo menos, 200 anos.

Tendo maior dificuldade, restam a essas mulheres os subempregos, que também são reflexos das marcas escravocratas. A ideia de que a mulher negra não pode ocupar espaços intelectuais, ou até mesmo de lazer e cultura, está atrelada à efetiva situação de seu não-pertencimento de classe, afinal em um passado não muito distante, no período da escravidão, pessoas pretas e pobres apenas frequentavam locais pertencente as elites com o único propósito de servidão, não podendo desfrutar do que tais espaços tinham a oferecer.

Como exemplo pode-se citar a bibliotecária afro-norte-americana Clara Stanton Jones, nascida no Missouri e educada em escolas públicas da região. Ela relata que nunca havia pensado em se tornar bibliotecária, por nunca ter visto uma pessoa preta em tal posição. Instigada por uma amiga da família e posteriormente estimulada por um mentor, formou-se em 1983 pela Universidade de Michigan. Passando por diversos estados onde atuava como profissional da informação, a bibliotecária se fixou, por fim, na biblioteca pública de Detroit, onde foi a terceira mulher negra a ocupar este cargo e chegando a ocupar o cargo de diretora da biblioteca. Jones “[...] se tornou a primeira bibliotecária negra diretora de um importante sistema de bibliotecas públicas nos Estados Unidos” (GARNER, 2010; MICHIGAN..., 2018 *apud* LIMA, 2019, p. 91).

Sua nomeação se deu através de uma disputa de votos acirrada, e gerou um infortúnio advindas de pessoas brancas, onde cerca de 80 pessoas protestaram acerca de sua nomeação. Duas destas, largaram os próprios cargos como forma de boicote à posse de Clara Staten Jones, além disso, muito se questionou acerca da sua competência para gerir um sistema de bibliotecas, em ações que expressavam preconceito racial (LIMA, 2019).

Nos dias de hoje, apesar de não existir, de modo explícito, a segregação legalizada, como ocorreu nos Estados Unidos no século XX, o olhar da elite branca permanece sobre os corpos pretos, gerando um sentimento discriminatório que paira sobre essas classes e permeia os mais diversos locais, indo de uma loja de marcas caras até uma biblioteca dita como pública ou um museu famoso.

Aquino (2010) reitera “[...] a população negra não está adequadamente incluída na distribuição equitativa das riquezas produzidas, e isso inclui o acesso e uso da informação” (AQUINO, 2010, p. 27). Cunha Júnior e Ramos (2007) complementam Aquino (2010) ao salientarem que existia uma importância em “assegurar privilégios sociais aos grupos étnicos dominantes, ao criar hierarquias sociais e processos de dominação que denominamos racismo brasileiro [...]”. Os autores Cunha Júnior e Ramos (2009) exploram as variáveis da dificuldade do acesso das camadas sociais mais marginalizadas e através da observação pela ótica da disputa que cerca o viés político. Aquino (2010) integra a linha de raciocínio ao observar que que:

[...] A ausência de gestões mais contundentes por parte do governo



brasileiro, e que visem à formulação de políticas públicas concretas, não aponta saídas para uma política de disseminação da informação com vistas a incluir o cidadão numa educação qualificada para a vida inteira. A nosso ver, as atuais políticas públicas de informação estão posicionadas nas relações de poder. Assim, os projetos e os estudos que se voltam para políticas de informação com a finalidade de incluir os diferentes grupos que estão à margem da sociedade nos diferentes âmbitos nacionais, regionais e locais, devem ser inventariados, sintetizados, confrontados e questionados. Tais políticas são permanentemente desafiadas pelo novo papel da informação e do conhecimento e das novas formas de se questionar a compreensão da diversidade cultural. (AQUINO, 2010, p.32)

Trazendo um conceito de diversidade cultural de Bernàrd (2005), onde, excluindo as vertentes que banalizam sua importância, observa que a cultura para cada um seria como lhes restituir a sua "dignidade própria e excepcional", Aquino (2010) interliga o conceito diretamente às políticas governamentais, reconhecendo que, de fato, foram feitos avanços em relação a comunicação entre áreas culturais além de fomentar a ética e a tolerância. Numa tentativa de se obter responsabilidade social e também maior igualdade racial. Todavia também reitera que a imposição de poder existe, que ambos estão interligados, e que essa conexão acaba por ser o limiar onde se segrega tal acesso informacional.

Gomes (2019) aponta os resquícios europeus trazidos pelo evento de colonização e sintetiza que esse fato também assolou o meio informacional, especificamente a partir da "[...] tese de que o poder dado pelo livro só é válido se for produzido por aqueles que historicamente podem controlá-lo". A autora complementa ainda com "As manchas deixadas pelos europeus são atemporais na configuração da produção literária e sua comercialização" (GOMES, 2019b, p. 143-144).

Ainda sob a ótica de Gomes (2019b), Aquino (2010) encara a produção literária brasileira como algo elitizado. Podemos entender mais sobre isto ao se observar que grande parte dos acervos raros e distintos em solo brasileiro tem, por detrás dos livros, um homem cisnormativo, branco, geralmente abastado que acaba por agradar às camadas sociais, sendo como uma distante lembrança, porém um presente reforço, da colonização portuguesa sobre terras brasileiras. Normalmente esses acervos contam as versões históricas dos fatos - sejam eles quais forem - de apenas um ponto de vista, "[...] colocando as populações afro-brasileiras dentro de

um estereótipo político e social alicerçado em memórias de subalternidade provenientes do período escravocrata” (GOMES, 2019b, p. 145).

Os pesquisadores e autores Cunha Júnior e Ramos (2007) são enfáticos ao comentar que a diversidade cultural não atingiu seu ápice em quesito de discussão, sendo assim temos que essas falhas citadas anteriormente podem ser interpretadas, de acordo com os autores, como atitudes que nem mesmo consideraram as ações necessárias contra as desigualdades na sociedade brasileira, colocando diversos grupos étnicos e sociais diferentes na mesma caixinha, e tendo uma única resolução para situações diversas (CUNHA JÚNIOR; RAMOS, 2007).

Entretanto, a generalidade não contempla a todos os nichos de minorias sociais, ou seja, ao reduzirmos toda a problemática a uma só, sem entender as variações que as abrangem, o resultado não é diferente do que existe atualmente políticas públicas fracas e profissionais levando à persistência do erro e à perpetuação da dificuldade do acesso que aflige as minorias, no caso estudado, a de mulheres negras.

### 2.3.2 Estudos de caso sobre a mulher negra

Gomes (2019a) reitera seu local de fala ao recordar o fato de ter vivido, o que ela chama de "escrivências". A autora conta que “[...] onde eu morava, não tinha muitas possibilidades de acesso à cultura e as condições financeiras precárias da minha família não poderiam oferecer além de comida e moradia, com falta de opções educativas e culturais no bairro, restavam as poucas ações propostas pela escola”. (GOMES, 2019a, p. 44).

A questão racial também era algo presente, desde as vivências infantis na escola e a convivência com a minoria branca que ainda assim se sobrepunha em questão de status, até a necessidade de se imitar modelos eurocêntricos para a aceitação acadêmica, enquanto pessoas brancas são exaltadas e aceitas pela utilização de símbolos e pesquisas afrodiaspóricos. A autora salienta as dificuldades do acesso cultural desde a infância e mostra a dificuldade de “se furar a bolha” quando não existe incentivo nem preparo/apoio para que essas ações possam ser realizadas e observa também os moldes sociais pré-definidos para que

exista uma mínima aceitação para a divisão desses espaços.

Gomes (2018, p.44) observa que “[...] esta seria a particularidade da sociedade brasileira: avanço tecnológico, científico e econômico aplicados em um país ainda escravista” esse apontamento reforça que a estrutura social que existe atualmente não comporta a reparação histórica. A autora complementa dizendo que:

[...] é durante esse processo de modernização sem mudanças, que se inicia a última fase do escravismo, o escravismo tardio cuja característica fundamental é o cruzamento rápido e acentuado de relações capitalistas em cima de uma base escravista. (GOMES, 2018, p. 44).

Esse processo é uma das causas de um apagamento, pelas elites, dos danos gerados às classes sociais mais baixas, deixando-os à mercê de ações governamentais que apesar de serem direcionadas a um todo. Com a finalidade de auxílio, acabam por não enxergar as minúcias divergentes em cada espaço social, falhando na disseminação da informação em atender pessoas ou espaços. Salvo espaços comunitários gerados, muitas vezes, pelas próprias comunidades ressaltando suas particularidades, ademais espaços supostamente públicos ainda repercutem as marcas escravocratas que reverberam a sociedade brasileira, e seu acesso ainda é negligenciado ou mal visto pelas classes “A” e “B”. Ou seja, não adianta investir e modernizar espaços que não atenderão a maior parte da sociedade por conta da estrutura hierárquica racial na qual essa sociedade está inserida.

Carneiro e Rocha (2019, p.126), ao observarem a mulher negra como ralé estrutural, capta a essência desse pensamento citado por Cunha Júnior e Ramos (2007), ao salientar que “O acesso ao consumo e a direitos formais é visto como o limite daquilo que compete ao debate político discutir e como o limite do ‘bem-estar’ que deve ser garantido a essas pessoas pelo Estado”, que acaba por notar as sabotagens advindas das elites para a continuidade da divisão espacial, tendendo a excluir minorias de seus espaços de direito.

Os autores, a partir das histórias contadas pelas entrevistadas, observam a dificuldade do acesso que essa minoria tem. Muitas vezes com a necessidade de se sustentar uma família inteira e a precária escolaridade, as mulheres negras pertencentes ou não a ralé são esperadas no mercado de subempregos, onde um

dos mais comuns, é o trabalho de diarista. Entretanto, apesar de conferir uma certa liberdade, outros aspectos se fazem presentes naquelas que pertencem à ralé. Nesse ponto, Carneiro e Rocha (2019) observam as violências enfrentadas pelo dito sexo frágil enquanto questionam sobre como a realidade infanto-juvenil dessa parcela é afetada, principalmente por não ser atrelada a uma aprendizagem por processos e fases, e sim algo onde a estrutura da sociedade não favorece o crescimento saudável de meninas e jovens.

Dado a necessidade de se suprir ou gerir uma família relativamente grande, os ambientes podem se tornar hostis, para/com essas jovens. A entrevistada e empregada doméstica Leninha, ao lembrar o passado, fomenta sobre a necessidade de sair cedo da casa dos pais devido a essa hostilidade. Desde a infância trabalhando, os estudos de Leninha sempre se viram em segundo plano, já que a urgência da fome era maior que a do aprendizado, com cerca de 13 anos, era entregue a maturidade forçada e já enfrentava as dificuldades de um casamento na corrida para não se deixar cair na teia da vulnerabilidade solitária de uma mulher nascida e crescida nas comunidades. Ainda na busca de estabilidade Leninha se viu dada a uma família para trabalhar, uma prática nem tão comum, e que a princípio, parecia a solução de seus problemas, entretanto, apesar de conviver com a elite, ainda não era parte dela, não tinha os “pré-requisitos” para fazer realmente parte dos locais mesmo frequentando tais ambientes (SOUZA, 2009, p. 126-127).

A diferença estrutural que Leninha encontrou ao ter acesso é o mesmo que assola dezenas de mulheres negras ao redor do Brasil e do mundo, principalmente as de classes mais baixas, “O fato de ser analfabeta a deixava sempre numa situação muito vulnerável de dependência”, comentam os autores. A dúvida entre permanecer à mercê de uma série de abusos - sejam físicos, sexuais ou psicológicos - ou a de sair para um ambiente igualmente tóxico, mas onde a mulher teria um mínimo de controle sobre é algo recorrente nos ambientes marginalizados de famílias com baixa renda.

Fazendo do trabalho uma característica de autoafirmação, onde apesar de não dispor do ensino básico conseguia se manter sem ajuda apenas usando de seu próprio esforço e mérito, o impulso do uso de capital fornecido lhe acomete, como o faz com boa parte da população brasileira, fazendo com que o ato de comprar lhe assegure uma posição de pertencimento e poder, mesmo que esse mesmo sentimento, a impulsione futuramente a trabalhar mais para bancar os “luxos”

adquiridos depois de uma vida onde lhe foi negada a dignidade.

Entretanto, nem a cama que substituiu o papelão, tampouco as parcelas dos carnês que Leninha guardava foram capazes de suprir o abismo do pertencimento de classe do qual fazia parte, os autores Carneiro e Rocha (2019) reforçam que:

[...] Tendo passado por todas as experiências de aprendizado e de abertura de horizontes que retratamos aqui, não deixou de levar inscrito em seu corpo o seu legado de classe. Não apenas o analfabetismo e a escassez do vocabulário, mas o modo de se expressar; não apenas as lembranças amargas de sua infância agreste, mas o modo de ser agreste que se originou. (CARNEIRO; ROCHA, 2009, p. 140-141).

Silva (2019), ao observar a linha de pensamento de Lélia Gonzáles, complementa a vertente de raciocínio ao esmiuçar a vivência anterior quando:

[...] traz reflexões sobre o lugar da mulher negra a partir da consciência e da memória, indaga a posição de dominador e dominado, discute o silenciamento imposto calcado na infantilização do povo negro quando diz que na lógica de dominação a população negra se encontra na lata do lixo da sociedade brasileira. (SILVA, 2019, p. 69).

A autora argumenta que o exemplo citado acima não é um caso isolado, ao citar que “[...] as mulheres negras possuem o mais alto nível de analfabetismo, são as que menos estão no trabalho formal [...] ocupam trabalhos subalternizados onde recebem remunerações inferiores aos dos homens brancos e negros e mulheres brancas” (SILVA, 2019, p. 69-70). Trazendo diversas óticas acerca dos conceitos de “dominador e dominado” que provém da colonização europeia que cercou o Brasil a partir de 1500 d.C., a autora comenta que apesar dos comuns ideais de igualdade pregados, o déficit de pessoas negras ocorre dentro das universidades, faculdades, e conseqüentemente, dentro de empresas ocupando cargos de liderança, ambos sendo um reflexo do não incentivo/da indisponibilidade escolar o que acaba por mostrar que a inclusão negra só vai até onde as elites brancas permitem. Silva (2019) complementa:

[...] sobre a mudez, invisibilização, apagamento historiográfico posto sobre as mulheres negras como um projeto político colonial de dominação, é possível afirmar que a escrita, a fala, a enunciação feminina negra é um ato subversivo, pois confronta toda uma estrutura que nega a existência e a humanidade de um povo. (SILVA, 2019, p.71).

A autora insiste na importância da oralização mediante essas mulheres, visto que, durante a escravidão, o silenciamento era algo recorrente, como podemos citar o famoso caso da escrava Anastácia que tinha peças de ferro sobre o maxilar e boca as quais, só eram permitida sua retirada no horário das refeições, nos dias atuais, existe impulsionamento de pessoas negras para pessoas negras e pouco a pouco a quebra dessa corrente silenciosa que abraça o seio das comunidades racializadas. Essa falta de oralização advém da falta de contato com instituições informacionais, seja por não conseguir este acesso até ter que largá-lo em prol da construção familiar.

Ao observarmos a narrativa em que a história escravagista é contada, podemos observar a romantização desses contos. Silva (2019) faz a leitura desse contexto dentro da história cearense, e exemplifica que esse apagamento vem desde os tempos de resistência, onde as histórias dessas mulheres não foram contadas pelo estado, “[...] as mulheres negras cearenses sofrem com a invisibilização de suas existências” (SILVA, 2019, p.73), disse a autora referente a este caso.

As autoras Madalena e Laurindo (2018) ao estudar as mulheres negras dentro do mercado salientam que este é dividido entre o trabalho formal e o informal e que uma alternativa para a – sucateada – segunda opção, seria o empreendedorismo onde um dos motivos para essa necessidade seria, dentre outras razões por “dificuldade em ascender profissionalmente em outras empresas” (MADALENA; LAURINDO, 2018, p. 235), que decorrem dos seguintes motivos:

[...] É uma realidade para muitas o difícil acesso ao mercado de trabalho, em parte, por causa da economia e, em outra, devido às especificações e exigências que o mercado de trabalho necessita [...]  
(MADALENA; LAURINDO, 2018, p.325).

Entretanto, no caso do conto cearense, o apagamento traz à nova geração a vontade de se fazer ouvir, sendo, além de um remédio para essa invisibilidade, um registro de originalidade que grita em meio às hordas de silêncio impostas. Parafrazeando a própria autora, “apesar da deslegitimação de sua luta, deixou-nos um legado ancestral de resistência”. Silva (2019) observa também este mesmo cenário, ao fomentar seu olhar sobre a pesquisa de Silva (2014, p.81) salientando que “A oralidade é uma maneira de transmitir conhecimentos e culturas, uma tradição vinda dos mais velhos e mais velhas advindos de países africanos.”

Através da oralidade, Lima (2016) reforça a importância da contação de

histórias, tratando sobre o negro em literaturas infanto-juvenis numa tentativa de se remediar esse apagamento histórico mostrando a importância para as novas gerações. Promovendo a identificação entre os jovens e as histórias contadas, trazendo-os cada vez mais para dentro das instituições informacionais, possibilitando seu acesso a bens de cunho artísticos e culturais. Silva (2019, p.84) encerra seu raciocínio com “Há uma urgência em abranger e ultrapassar o pensamento colonizado instaurado na prática, na literatura e nas ações da Biblioteconomia”.

A fotógrafa Ana Lu Rocha, em sua rede social twitter, traz a tona seguinte questionamento “Porque museus de arte tem que fechar às 17h? E o povo que trabalha o dia todo? [...] Não podemos ir em nenhuma exposição porque só funciona em horário de herdeiro”. Salvo bibliotecas universitárias, podemos aplicar essa questão dentro de tais Instituições informacionais, por qual motivo estas acabam abrindo/fechando em horários tidos como comerciais se quem trabalha no comércio não tem acesso a ela? A profissional em questão trabalha no meio artístico e mesmo assim tem seu acesso diminuído e por muitas vezes negado. Rabello (2022) explicita que:

O caminho do estudo e da reflexão sobre a composição de classes sociais – por exemplo, na sociedade brasileira – é estratégico para rever criticamente os modos e concepções de mundo influentes na produção acadêmica e na formação e atuação profissional em Biblioteconomia, Ciência da Informação e áreas afins. (RABELLO, 2022).

Ainda dentro dos espaços físicos, como Ana Lu questiona, o horário de funcionamento e as localizações dessas instituições (normalmente alocadas ao centro, longe de áreas periféricas) e no âmbito online a dificuldade que essa parcela populacional tem de se conseguir os suportes e também a internet são exemplos acerca da fala da autora.

A autora Lima (2019) narra a história contada por Maria Aparecida Moura, mais conhecida dentro da ciência da informação por Cida Moura, em sua autobiografia. A professora explicita sobre a dificuldade de se ascender socialmente, advinda de uma família de empregadas domésticas. A sociedade esperava que ela seguisse a profissão da família, e embora tenha exercido o ofício, mas como seu foco sempre foi acadêmico e a profissão, intimamente, não era o que desejava exercer continuamente, e a fez, majoritariamente, com o intuito de custear seus estudos o que ocasionou o “primeiro contato com informações relacionada à

Biblioteconomia quando foi trabalhar de doméstica para um Bibliotecário da Assembleia Legislativa”.

Tendo uma rotina exaustiva, os estudos eram feitos de maneira precária dentro dos ônibus em que pegava e com ajuda dos colegas do cursinho que frequentou. Apesar das dificuldades, ingressou na Universidade Federal de Minas Gerais em 1993. Em 1997, já formada e sendo professora, Cida almejou o doutorado e ao passar percebeu que tinha chance de concorrer a:

[...] uma bolsa do Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT) pela UFMG. E para conseguir a bolsa, Cida Moura tinha que solicitar junto a universidade, o que causou incômodo para uma outra professora ao constatar que Cida Moura ainda estava em estágio probatório. A professora a qual se sentiu incomodada fez campanha para que não fosse aprovada a licença de Cida Moura. No decorrer da campanha, boicotes foram feitos no sentido de trocar o dia da reunião sem que Cida Moura pudesse estar presente para que eles tivessem a liberdade de votar contra sem ter um argumento da solicitante. (LIMA, 2019, p. 59-60).

Embora tenham existido dificuldades, Cida, munida da documentação necessária juntamente com a reunião do material que mostrava todo o seu envolvimento com a universidade durante seu curso, além de também a documentação onde apresentava para o departamento que “[...] já havia professores que estavam sendo liberados para realizar o doutorado com bolsa e sem o estágio probatório completo” (LIMA, 2019, p. 60). Sendo quase impossível de se negar, Cida conseguiu a liberação e concluiu o doutorado.

Cida não foi a única professora a enfrentar dificuldades acadêmicas por conta do racismo estrutural. Nicéia Quintino, professora negra, doutora em ciências de química da Universidade de Uberlândia (UFU) e Maria Simone Euclides, Professora e doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), também relatam que embora atuem em locais diferentes, sofrem com a expressividade do racismo estrutural. Nicéia conta que “[...] ao longo de sua trajetória acadêmica houve a necessidade de se afirmar enquanto pesquisadora que possui qualidades e competências aos seus colegas” (LIMA, 2019, p. 55); já Maria Simone fomenta sobre a estética ambiental, declarando que “alunos se assustam com a presença de uma professora negra, pois, para eles, não é vista como padrão de docente universitária” (FERREIRA, 2019).



Lima (2019) entende que esses comportamentos se devem ao fato de existir uma sub-representação que “[...] retrata a desigualdade que acontece de fato, uma realidade que designa o lugar em que uma determinada etnia deve ocupar”. (LIMA, 2019, p. 62).

O que as mulheres citadas no decorrer do tópico têm em comum? São todas negras, que foram em algum momento excluídas ou negligenciadas do acesso informacional previsto por lei. Trazendo um legado de uma história contada por terceiros, onde Reis e Santos (2019) alegam que “[...] essa estrutura aborda consequências históricas e sociais de exclusão coletiva de grupos subalternizados no processo de construção histórica do Brasil” (REIS; SANTOS, 2019, p.265), sendo marcado pelas manchas escravocratas que tardiamente se transformaram em uma interpretação de marginalização, além da invisibilização de sua permanência dentro da sociedade.

### 3 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

#### 3.1 A mulher negra no Selo Nyota: diálogos possíveis

##### 3.1.1 Apresentação do *corpus* de análise

Criado a partir do entendimento de que conhecimento é uma necessidade, e que nem todos têm acesso a ele, o Selo Nyota visa dar visibilidade às minorias que, socialmente, têm maior dificuldade. Possuindo uma equipe de bibliotecários/as e licenciados/as que trabalham no processo editorial, a marca tem como missão:

[...] publicar livros de mulheres, populações negra e indígena e população LGBTQIA+ resultantes de pesquisas científicas e experiências profissionais das áreas de Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia, Comunicação e Ciência da Informação com qualidade editorial e atendimento personalizado. (SELO NYOTA, 2022).

O Selo conta ainda com os seguintes objetivos, disponíveis em seu *website*:

- Promover o conhecimento científico produzido por populações historicamente invisibilizadas na ciência brasileira;
- Trazer representatividade ao meio científico e acadêmico às populações negras e indígenas e à população LGBTQIA+;
- Incentivar o compartilhamento gratuito dessas publicações visando o acesso à informação por todas as pessoas;
- Tornar a(o) autor(a) protagonista de todo processo criativo na produção do livro. (SELO NYOTA, 2022).

No *website* do Selo consta também, analisado até julho de 2022, 15 livros que trabalham com o tema desigualdade e invisibilidade de populações. Desse total, foram selecionados quatro livros por abordarem, especificamente, o tema das mulheres negras no campo da biblioteconomia e ciência da informação. Essa seleção corresponde ao objetivo específico “2. Apresentar possíveis diálogos sobre o tema da mulher negra na biblioteconomia e na ciência da informação a partir de publicações no Selo Nyota, considerando aspectos sobre desigualdade e invisibilidade social.”. Segue, no quadro abaixo, a descrição dos livros juntamente com os critérios de escolha dos capítulos analisados:

Quadro 4 - Livros que compõem o *corpus* e estratégia de seleção de capítulos

Ano	Livros/coletâneas	Organizadores livros/coletâneas	Critérios de seleção de capítulos	Capítulos Selecionados	Autores capítulos
2018	O protagonismo da mulher na biblioteconomia e ciência da informação	Francielé Carneiro Garcês da Silva ; Nathália Lima Romeiro	Leitura técnica; Observação de autores ; Filtro de conteúdo	Pesquisadoras de gênero na ciência da informação ;  Pelas mãos femininas de Lydia Sambaquy e Celia Zaher: as origens da CI brasileira ;  Mulheres negras empreendedoras: um breve estudo	Mariana Faustino dos Passos, Ursula Blattman  Elisa Cristina Delfini Corrêa, Ana Cláudia D. C. de Oliveira ;  Críchyna da Silva Madalena, Kariane Regina Laurindo
2019	Mulheres negras na biblioteconomia	Francielé Carneiro Garcês da Silva	Leitura técnica; Observação de autores ; Filtro de conteúdo	Escrevivências na biblioteconomia: afrocenrar para existir ;  Bibliotecárias negras cearenses: contribuição para a luta antirracista ;  Clara Stanton Jones e sua contribuição para a biblioteconomia negra americana ;  Ketty Valêncio e a importância de livrarias especializadas em autoria negra ;  Da representação social à representação do conhecimento: perspectivas teóricas das mulheres negras na ciência ;  Bambidelê: trajetória histórica-informacional da organização das mulheres negras na Paraíba	Elisângela Gomes;  Dávila Maria Feitosa da Silva;  Francielé Carneiro Garcês da Silva ;  Graziela Barros Gomes;  Vanessa Jamile Santana dos Reis, José Carlos Sales dos Santos ;  Leyde Klebia Rodrigues da Silva
2019	Epistemologias negras: relações raciais na biblioteconomia	Danielle Barroso; Elisângela Gomes; Erinaldo Dias Valério ; Franciéle Carneiro Garcês da Silva ; Graziela dos Santos Lima	Leitura técnica; Observação de autores ; Filtro de conteúdo	Resistencia é o seu nome: representatividade é para nós alunas (os) negras (os) da biblioteconomia e ciência da informação! ;  Práticas afro pedagógicas no ensino de biblioteconomia	Graziela dos Santos Lima ;  Elisângela Gomes, Erinaldo Dias Valério
2020	Bibliotecárias negras: pesquisas e experiências de aplicação da lei 10.639 na formação bibliotecária e nas bibliotecas	Franciéle Carneiro Garcês da Silva	Leitura técnica; Observação de autores ; Filtro de conteúdo	A representatividade da bibliotecária negra nas relações étnoraciais: a transformação social frente aos desafios na aplicação e implementação da Lei nº 10.639/2003.	Ilza Almeida de Andrade, Sandra Mara Aguilera, Edna Aparecida Coqueiro

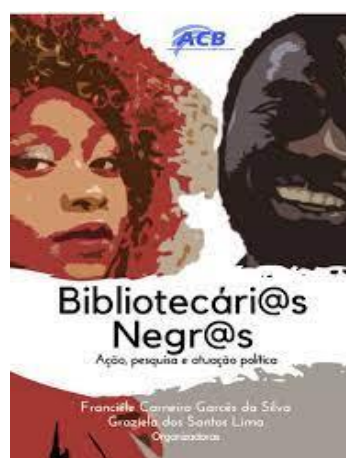
Fonte: Elaborado pela autora, com base nas informações contidas em Selo Nyota, 2022.

O Selo Nyota é, portanto, uma marca que abrange publicações científicas das minorias que existem em nossa sociedade, dando aberturas a camadas

marginalizadas e com pouco incentivo ao acesso de bens de cunho artístico e culturais. A partir da captação e seleção de conteúdos e textos, o corpus dessa análise foi sendo moldado.

Maria Aparecida Moura, bibliotecária, professora e pesquisadora negra, em seu prefácio na obra *Bibliotecári@s negr@s: ação, pesquisa e atuação política* (Figura 1), elucida sobre os espaços reivindicados pelas minorias negras que atualmente contemplam, também, as instituições de âmbito informacional, quebrando diversas barreiras e conversando com a proposta da pesquisa, visto que o objeto de estudo incluem mulheres negras que pertenceram ou pertencem a “ralé estrutural” (SOUZA, 2009) como “não público” (FLUSSER, 1980). Mesmo que esses conceitos não sejam diretamente citados e relacionados, às vivências abordadas são diretamente entrelaçadas aos tópicos supracitados, e embora as nomenclaturas abordadas por Flusser (1980) e Souza (2009) não estejam atreladas aos textos referidos, é inegável o encaixe das vivências dentro dessas abordagens.

Figura 1 – Capa de publicação do Selo Nyota: *Bibliotecári@s negr@s*

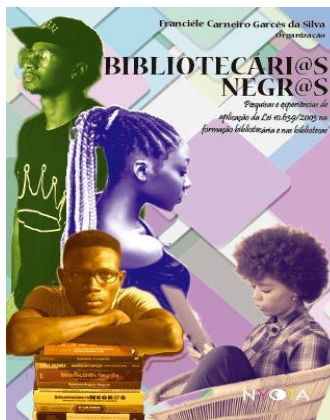


Fonte: Website do Selo Nyota, 2022.

Entretanto, a obra *Bibliotecári@s negr@s: pesquisas e experiências de aplicação da Lei 10.639/2003 na formação bibliotecária e nas bibliotecas* (Figura 2), que tem o prefácio escrito por Ana Pinheiro e carrega um olhar que beira a insatisfação quando questiona sobre as raízes estruturais do racismo ao redor do mundo, e salienta que apenas se dialogar sobre, embora levante questões, não têm o impacto desejado das ações. A obra como um todo tem um foco majoritário nas legislações e ações de inserção que englobam instituições informacionais e

aplicabilidade de leis voltadas para as necessidades dessas minorias integradas ao nicho social em que se encontram.

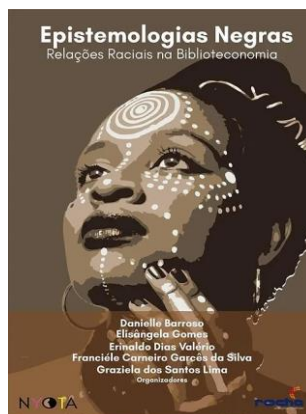
Figura 2 – Capa de publicação do Selo Nyota: *Bibliotecári@s negr@s*



Fonte: Website do Selo Nyota, 2022.

O livro *Epistemologias Negras* (Figura 3) traz a marcação de uma “[...] trajetória de estudantes negras e negros que não se curvaram para uma formação acadêmica hegemonicamente branca”, algo salientado na apresentação da obra. As organizadoras inferem sobre a retirada de corpos negros como objetos de estudo, para que essas mesmas pessoas negras sejam autores de suas próprias narrativas, resgatando histórica e socialmente as particularidades da negritude em geral, dando voz a comunidades marginalizadas e inserindo-os nesse contexto educacional, na tentativa de se construir pontes e alicerces fixos que garantam a maior facilidade de se adentar e tornar-se referência para as próximas gerações.

Figura 3 – Capa de publicação do Selo Nyota: *Epistemologias negras*



Fonte: Website do Selo Nyota.

Por fim, a última obra utilizada no decorrer do tópico em questão, é intitulada de *Mulheres negras na Biblioteconomia* (imagem 4), que traz a quebra do estereótipo do profissional da informação, desvinculando a imagem comum de uma pessoa branca, idosa, geralmente com uma expressão ríspida como “cuidadora” desse conteúdo informacional.

Figura 4 – Capa de publicação do Selo Nyota: *Mulheres negras na Biblioteconomia*



Fonte: Website do Selo Nyota.

Essa representação acaba por perpetuar o “ciclo vicioso” da não representatividade em espaços informacionais, além de ser uma ótica injusta com o profissional da informação. A obra mostra os esforços conjuntos de mulheres negras que buscam remediar essas condições, aproximando assim uma maior parcela populacional a frequentar esses espaços.

### **3.2 Informação e formação profissional inclusiva para a mulher negra**

Os conceitos trazidos sobre preconceito à negritude (GOMES, 2019a; GOMES, 2019b; LIMA, 2019; REIS, SANTOS, 2019; SILVA, 2019; MADALENA: LAURINDO, 2018; SOUZA, 2014), embora não tenham explicitamente unido os conceitos de “ralé estrutural” (SOUZA, 2009) e de “não público” (FLUSSER, 1980), demonstraram a diversidade e amplitude do tema, contribuindo com a reflexão sobre “a ralé estrutural como não-público” (RABELLO; ALMEIDA JUNIOR, 2020).

Ao se trazer o debate para dentro de sala de aula, na formação de docentes, novas possibilidades são abertas e profissionais como Cida Moura e Niceia Quitino

que tiveram suas histórias narradas por Lima (2019), tornam-se exemplos ainda maiores de representatividade, ocupando espaços e passando suas vivências como forma de ensinamentos valiosos para futuros profissionais com visões não tão amplas, agregando ao escopo da pluralidade do que seria atender uma biblioteca realmente pública. As autoras Santana e Silva (2019) agregam à reflexão ao observar que:

[...] a responsabilidade social dos profissionais da informação no que diz respeito à organização e à representação da informação étnico-racial, por perceber que a biblioteca universitária ainda não se preocupa adequadamente com a organização e a representação da cultura afrocêntrica na mesma proporção com que organiza e representa a cultura eurocêntrica nos sistemas de informação (SANTANA; SILVA, 2019, p. 167-168)

Atentas ao fato de que apesar das políticas públicas que contemplam algumas lacunas do ambiente social em que vivemos, mas que as “[...] as políticas de inclusão da/o negra/o são complexas nas diversas esferas da sociedade” (SANTANA, SILVA, 2019, p. 169), entretanto, as autoras reiteram que ainda é necessário:

[...] uma atenção maior por parte de diversas/os profissionais, entre elas/es, as/os bibliotecárias/os que, por sua vez, assumem um papel social devendo assim se comprometer em amenizar questões ligadas a preconceito, discriminação e exclusão. (SANTANA; SILVA, p. 175).

Colocando em foco o papel social do bibliotecário, as autoras instigam sobre a mudança a partir de uma mediação, nesse caso feita por um profissional da ciência da informação. Entretanto existem ainda outros fatores que também contribuem para essa disseminação informacional defeituosa. Lima (2019, p. 376) observa que “Em uma sociedade que tem dificuldades de reconhecer a importância das bibliotecas, essas precisam produzir informação que demonstre seu impacto para a comunidade”, a partir da afirmação é possível subentender que o papel das bibliotecas além de elitizado, não é valorizado e que mesmo assim seu papel é fundamental na mudança da vida de diversas jovens periféricas que veem no conhecimento uma oportunidade de se ultrapassar as barreiras sociais. Andrade, Aguilera e Coqueiro (2020) entendem que quando “[...] uma mulher negra avança socialmente, outras mulheres negras se espelham nela, criando uma possibilidade de novos destinos, de maior representatividade”. (ANDRADE; AGUILERA; COQUEIRO, 2020, p.168).

Um exemplo dessa representatividade está presente na comunidade Kalunga Riachão, que tem como matriarca a Dona Iaiá Procópio, uma mulher negra, descendente de escravos, analfabeta e, ao mesmo tempo, Doutora Honoris Causa pela Universidade Estadual de Goiânia. Atualmente, ela e sua família, e cerca de mais 68 núcleos familiares, sendo estimado em 400 pessoas, vivem em comunidades que são afastadas dos grandes polos metropolitanos, resgatando a oralidade como modo principal de transmissão de conhecimentos.

Na comunidade Kalunga Riachão, a escola fundamental chegou na década de 1990, a água juntamente com a energia elétrica, só vieram quinze anos mais tarde, em 2005. Bia Kalunga, neta de Dona Procópio, foi uma das crianças que cresceram no ambiente onde escolas não existiam, e, embora não estivesse diretamente inserida nos grandes polos urbanos, sofreu da mesma estrutura racista que acomete mulheres negras, mesmo com acesso a uma educação que furou a sua bolha. Bia trabalhou em casas de famílias, prestando serviços domésticos, enquanto buscava o contato com a informação, ao terminar o ensino básico, depois médio, até enfim chegar à Universidade (LOPES, 2021).

Bia, entretanto, não deixou as origens precedentes sem representatividade, visto que voltou para a comunidade trazendo os conhecimentos e aplicando-os na prática de sua realidade. Atualmente é licenciada em Educação do Campo pela Universidade de Brasília (UNB), especialista em Língua Portuguesa Aplicada, poeta, escritora e professora na escola da comunidade (LOPES, 2021).

Foi essa a forma que Bia Kalunga encontrou de manter vivas as suas tradições ao mesmo tempo em que as colocava em holofote pelos lugares em que passava. Levando e trazendo o conhecimento dos centros informacionais por onde passava e sempre incorporando a vivência informacional como metodologia, Bia continuou a luta da avó, de uma forma diferente, mas sempre tendo a matriarca como base em sua luta diária. Seu projeto/pesquisa de conclusão de curso versou sobre a temática da vida de Iaiá Procópio, suas idealizações e conquistas, deixando registrado, em trabalho acadêmico, o legado da avó, de forma, portanto, institucionalizada e não mais apenas de forma oral.

Hoje, como professora da escola, mantém viva a relevância da contribuição acadêmica, ao transmiti-la nas salas de aula da comunidade, porém resgata sempre a memória e a oralidade, voltando os conhecimentos aprendidos externamente para a própria comunidade. Prova dessa idealização, é o Museu destinado a Iaiá, um



compilado de todas as histórias narradas e vividas pelas comunidades, que remetem a duas e três gerações da, já bisavó, Dona Procópio. Dessa forma, a informação se mantém passada para a parte interna da comunidade e também para públicos externos que queiram conhecer e acessar um pouco mais da história ancestral que cerca os territórios Kalungas.

Essa foi a forma mediante a qual Bia encontrou para intermediar os saberes da comunidade e das instituições formais por onde passou, deixando sua marca e sendo marcada pelos profissionais que passaram pela sua vida pessoal e acadêmica. Resgatando a oralidade e a transformando numa história a ser compartilhada nas Instituições que tanto negligenciaram seu acesso pelas mais diversas motivações, Bia trouxe o olhar social para a salvaguarda de peças e informações, mantendo viva a ancestralidade de forma a abranger as histórias Kalungas, sem desrespeitá-las, narrando de modo fiel – não por uma visão embranquecida –, os valores, as virtudes, as lutas e as suas dificuldades e, principalmente, as suas vivências.

Observando Bia e a histórias de outras mulheres negras no decorrer da presente pesquisa, o ponto de convergência dessas histórias foi possibilitado por um denominador comum, o acesso informacional e a exploração da academia por parte dessas mulheres. Ao adentrarem o ambiente informacional e acadêmico essas mulheres percebem acerca da dificuldade de se relacionar com ele. Como mencionado, o ambiente acadêmico muitas vezes é visto como um espaço majoritariamente masculino, branco e heteronormativo.

No filme "Estrelas além do tempo" é narrada uma história real, que se passa no ano de 1961, onde três mulheres negras, com inteligência distinta, quebraram as barreiras da dificuldade do acesso informacional básico e, posteriormente, do ambiente hostil da NASA. Elas atuaram evidenciando seus valores e contribuições que foram avaliados e validados pelos homens brancos que eram seus superiores hierárquicos na instituição. Essas mulheres contribuíram com seus estudos matemáticos, auxiliando no lançamento e chegada do homem à lua.

Mesmo prestando um serviço preciso e de extrema importância, suas conquistas eram invisibilizadas, renomeadas e excluídas. Katherine Johnson, Mary Jackson e Dorothy Vaughan sempre sentiram o peso e a cor da ciência, e é complexo pensar que, cerca de 40 anos à frente, as mulheres negras ainda enfrentam problemáticas semelhantes no que diz respeito ao acesso e usufruto

desses espaços. Mary, Katherine e Dorothy viveram numa época separatista dentro dos Estados Unidos da América, mas encontravam refúgios nelas mesmas, em seus encontros, comemorações vividas com a sociedade e no compartilhamento de suas vivências. Com isso, elas não deixaram de lado as características individuais que as levaram ao reconhecimento, entretanto a força de ocupar aqueles espaços era maior do que o sentimento de não pertencimento causado pela maioria branca.

Clara Staten Jones, Cida Moura e Mary Jackson passaram por processos próximos ou semelhantes. Mary observa que “[...] cada vez que chegamos perto de vencer, eles (se referindo a branquitude) mudam a linha de chegada”. Processos esses que, dentro da academia ou da instituição foram e, ainda são, facilitados para pessoas brancas pelo privilégio que as cerca. Enquanto isso, Cida Moura teve dificuldades durante o processo da graduação, justamente pela branquitude majoritária nos espaços informacionais que não a aceitavam pela cor da sua pele. Sentindo o espaço ameaçado, algumas pessoas tentaram sabotar diversos processos acadêmicos pelos quais a professora foi submetida na tentativa de avançar academicamente.

Uma das alternativas em comum a todas as mulheres citadas refere-se ao resgate dessa memória, aplicado dentro da academia para que então, ele se volte às comunidades em situação de vulnerabilidade – sejam elas quais forem –, trazendo o acesso de forma facilitada para o um nicho social e ajudando a quebrar as barreiras impostas pelas adversidades e empecilhos de uma trajetória que durante muito tempo não incluiu as minorias como um todo, dentre elas, as mulheres negras.

Cida Moura, no podcast “BDMG’ cultural”, em 2020, aconselha que se “[...] siga a sua trilha de produção de conhecimento, mas não se esqueça de sua vizinhança de origem, de sua marca de origem, de seu conhecimento de origem”, reforçando, justamente, as ações de Bia Kalunga, que buscou voltar o conhecimento adquirido para a sua própria vizinhança, objetivando, assim, que as crianças negras de sua comunidade cresçam rodeadas de exemplos que facilitem a sua inserção onde quer que queiram, mas que tenham a possibilidade de escolha e não um destino pré-fadado, dirigido pelo preconceito da cor da pele e/ou gênero.

### **3.3 A mulher negra no Selo Nyota: diálogo com o conceito “ralé estrutural como não-público”**

Quando citamos que a ciência é majoritariamente masculina, branca e heterossexual, é embasado nessa forma de representação onde, ainda na atualidade, devida a leitura segregacionista, mulheres – sobretudo mulheres negras – não têm direito, ao menos de maneira equânime, de ocupar estes espaços acadêmicos e científicos.

Como disseram os autores Gomes e Valério (2019), “[...] tradicionalmente, o ambiente acadêmico tem sido um dos mecanismos produtores e reprodutores das desigualdades raciais que atingem principalmente as populações negras”. Os pesquisadores observam que o ambiente acadêmico “[...] tem sido um dos mecanismos produtores e reprodutores das desigualdades raciais que atingem principalmente as populações negras”. (GOMES; VALÉRIO, 2019, p. 181).

Observando dessa forma, entende-se que é de suma importância “[...] a centralidade de se discutir essas problemáticas na formação de bibliotecárias(os)” para que se exista a real mudança dentro do acadêmico, onde o “[...] papel a ser desempenhado pelas (os) docentes em seu fazer pedagógico” no sentido de “[...] possibilitar um ensino mais inclusivo e pluriétnico”. (GOMES; VALÉRIO, 2019, p. 181).

Tais aspectos também são observados por Rabello e Almeida Junior (2020), ao explicitarem que “Quando não são ignorados ou invisibilizados, os membros da ralé estrutural são considerados pelas classes privilegiadas corpos, músculos, mercadorias sem valor e desqualificadas”, então o questionamento levantado pelos autores tem a ver com a inclusão de parcelas populacionais excluídas – em que também se destaca a mulher negra – na vertente informacional, cultural e artística.

Os autores que foram citados no decorrer desse estudo agregam as teorias de Souza (2009) e Rabello e Almeida Júnior (2020) ao explicitar o racismo institucional sofrido fora e, principalmente, dentro das universidades brasileiras. Através desses relatos é possível consolidar a ideia da necessidade de uma reformulação na preparação dos profissionais para que possam transformar o não-público em público

Outro ponto muito insistido dentre os textos estudados é que, apesar de muito dessa responsabilidade ser do governo, a elite não tem demasiado interesse em

trazer acessibilidade e disseminação informacional, visto que “A existência da ‘ralé’ permite às classes alta e média pagar, a preços módicos, a energia muscular despendida aos afazeres diários, permitindo-lhes o excedente de tempo livre para a manutenção dos privilégios” (RABELLO; ALMEIDA JUNIOR, 2020), algo que explicita a vantagem e os privilégios de classe.

Reis e Santos (2019) convergem com os pensamentos do autor Moscovici (2007), quando salientam que a invisibilidade social não advém da distribuição errada da informação. Essa invisibilidade decorre, segundo as autoras, de uma distorção causada pela própria sociedade, a qual classifica pessoas e bens de acordo com seu “nível social”, o que facilita essas posições onde se enquadram os conceitos de invisibilidade e de visibilidade.

Os autores observados (RABELLO; ALMEIDA JÚNIOR, 2020; REIS; SANTOS, 2019; MOSCOVICI, 2007) convergem na ideia da necessidade medidas de conscientização, além da defesa de ascensão social a mulheres negras e outras minorias, visto que a fonte de todo esse problema advém dos tempos coloniais, de uma versão da história contada por essas mesmas elites que ocupam, até a atualidade, posições sociais elevadas, e embora as ações governamentais ainda deixem a desejar, os autores Rabello e Almeida Junior (2020), ainda ao abordar a perspectiva de Souza (2009), entendem a necessidade de:

[...] demonstrar que a segregação social não é de responsabilidade apenas dos governos. Os membros das classes privilegiadas são, de sorte, (co)responsáveis a esses dispositivos sociais, seja (re)produzindo consensos na esfera pública, seja debatendo-os superficialmente ou de malgrado ou, ainda, optando por conviver indiferentes com essas pessoas que “a sociedade” se recusa a notar a existência. (RABELLO; ALMEIDA JÚNIOR, 2020, p.11).

A marca colonial ainda é presente na nossa sociedade e se reproduz nos espaços onde as classes “a” e “b” – compostas majoritariamente por pessoas brancas – se encontram. Entretanto, apesar de a população negra ser maioria dentro do território brasileiro, a ascensão do povo preto ainda é barrada pela presença de uma cultura hegemônica e fortemente enraizada. Como pudemos ver, dentro desse espectro, as mulheres negras são ainda mais silenciadas.

Infere-se que a falta de debate que não chega às camadas mais altas atrasa ainda mais o acesso informacional de direito das classes mais baixas, gerando subempregos e uma conformidade circular que continua girando de forma a

continuar a promover a desigualdade social em todos os contextos no qual ela pode ser inserida. A falta de políticas públicas e ações governamentais que amparem essas minorias compactuam com esse déficit dentro do sistema, o despreparo dos profissionais da informação, não só da biblioteconomia – embora estes sejam o foco da pesquisa – também são fatores que afastam o público que deveriam acolher.

O combo dessas ações resulta numa população majoritária que não consegue consumir determinados bens artísticos e culturais, restringindo o acesso informacional de direito dessa parcela da sociedade perpetuando a negligência de informação que barra a incursão não só das mulheres negras pertencentes à ralé, como também de outras minorias.

Quadro 5 - Capítulos de livros que compõem o resultado da pesquisa em diálogo com o conceito de “ralé estrutural como não-público” de unidades de informação

Ano	Livros/coletâneas	Organizadores livros/coletâneas	Critérios de seleção de capítulos	Capítulos Selecionados	Autores capítulos	Diálogo “direto” ou “indireto” com o conceito de “ralé estrutural como não-público”
2019	Mulheres negras na biblioteconomia	Franciele Carneiro Garcês da Silva	Leitura técnica; Observação de autores ; Filtro de conteúdo	Escrivências na biblioteconomia: afrocentrar para existir ;	Elisângela Gomes	Diálogo indireto: “Nessa perspectiva, este ensaio aborda algumas reflexões sobre identidade, letramento e relações raciais a partir da vivência discente e docente no curso de biblioteconomia” (GOMES, 2019a, p.32)
				Ketty Valêncio e a importância de livrarias especializadas em autoria negra ;	Graziela Barros Gomes	Diálogo indireto: “Quando consideramos a autoria das obras produzidas, publicadas e amplamente divulgadas no século XXI, observamos que as personagens, as ambientações e os escritores ainda possuem uma etnia, um gênero e uma classe específicos. As manchas deixadas pelos europeus são atemporais na configuração da produção literária e sua comercialização” (GOMES, 2019b, p. 144)
				Da representação social à representação do conhecimento: perspectivas teóricas das mulheres negras na ciência ;	Vanessa Jamile Santana dos Reis, José Carlos Sales dos Santos	Diálogo indireto: “A demanda no tratamento e estudos dos fenômenos informacionais apresentados à Ciência da Informação (CI) coloca em pauta a necessidade de abordar e atentar-se para as temáticas emergentes dos discursos sociais. Questionamentos em torno das atuais formas de reportar e exprimir as especificidades de algumas áreas do conhecimento retratam representações duvidosas e inapropriadas a uma conjuntura que expressa e assume identidades diversas e contraditórias” (REIS, SANTOS, 2019, p.262)
2019	Epistemologias negras: relações raciais na biblioteconomia	Danielle Barroso; Elisângela Gomes; Erinaldo Dias	Leitura técnica; Observação de autores ; Filtro de	Resistencia é o seu nome: representatividade é para nós alunas (os) negras (os) da biblioteconomia	Graziela dos Santos Lima	Diálogo indireto: “No campo da Educação, por mais que tenha tido um salto quantitativo em relação à inserção do (a) negro (a) na Universidade por meio de políticas públicas - tais 3 Werneck (2013). 36 como as cotas raciais, fruto da luta do movimento negro-,

	nomia	Valério ; Franciéle Carneiro Garcês da Silva ; Graziela dos Santos Lima	conteúdo	e ciência da informação! ;  A ciência da informação na afirmação de singularidades: narrativas da diáspora e construção de identidade nos museus afro	Nandia Letícia Freitas Rodrigues	ainda visualizamos a falta de professoras negras no ensino superior. Não estamos falando de uma, mas sim de uma quantidade expressiva que estabeleça a igualdade em termos de gênero e raça” ( LIMA, 2019, p. 35- 36)  Diálogo indireto: “A discussão proposta neste estudo trata do silenciamento, invisibilidade e negação do protagonismo da memória e da história do povo negro na sociedade brasileira. Buscou-se refletir acerca da atuação e responsabilidade política e social da Ciência da Informação (CI), especialmente no que tange à representação da informação e conhecimento referente ao negro nos sistemas informacionais’. (RODRIGUES, 2019, p.11)
2020	Bibliotecá ri@s negr@s: pesquisas e experiênci as de aplicação da lei 10.639 na formação bibliotecár ia e nas biblioteca s	Franciéle Carneiro Garcês da Silva	Leitura técnica; Observaçã o de autores ; Filtro de conteúdo	A representatividade da bibliotecária negra nas relações étnorraciais: a transformação social frente aos desafios na aplicação e implementação da Lei nº 10.639/2033.	Ilza Almeida de Andrade, Sandra Mara Aguillera, Edna Aparecida Coqueiro	Diálogo indireto: “deve-se superar o estereótipo de que a/o profissional de biblioteconomia é apenas uma pessoa com óculos atrás de um balcão, e refletir sobre o papel social dos bibliotecários e bibliotecárias e quais as possibilidades de transformação social por meio da atuação deste profissional. Seja pela importância na propagação de informações, seja no incentivo à leitura ou luta pelo acesso e democratização do conhecimento, ou principalmente na possibilidade de ampliar a visão de mundo e sociedade de seus leitores.” (ANDRADE; AGUILLERA; COQUEIRO, 2020, p. 152)
2018	Bibliotecá ri@s negr@s: ação, pesquisa e atuação política.	Franciéle Carneiro Garcês da Silva ; Graziela dos Santos Lima	Leitura técnica; Observaçã o de autores ; Filtro de conteúdo	A inclusão da temática étnico- racial nas pesquisas em ciência da informação	Vanessa Alves Santana, Leyde Klébia Rodrigues da Silva	Diálogo indireto: “A atenção à essa problemática é fundamental, sobretudo, quando o tema passa a estar associado ao fenômeno específico da inclusão de grupos (negras/os, ciganas/os, índias/os, homossexuais, mulheres/crianças, idosos, etc.) historicamente excluídos das diversas esferas da atual sociedade, resultando em desigualdades raciais que constituem a marca registrada da sociedade brasileira e decorrem, a grosso modo, da disparidade entre ricos e pobres e da separação entre brancas/os e negras/os. Essa situação vem cada vez mais ganhando espaços nas discussões acadêmicas e nas pesquisas, suscitando uma ação de gestoras/es, coordenadoras/es de cursos, pesquisadoras/es e professoras/es, incluindo bibliotecárias/os, arquivistas, cientistas da informação, documentaristas, dentre outros.” (SANTANA; SILVA, 2018, p.169)

Fonte: elaborado pela autora

A forma de se representar a informação é fundamental, sendo uma parte do estudo dentro da área de biblioteconomia e ciência da informação, onde a representatividade informacional está conectada diretamente com a necessidade de organização, disseminação e acesso. Reis e Santos (2019) observam que “O processamento da informação assume o compromisso de estabelecer visibilidade a um domínio de conhecimento e é uma atribuição simbólica, dinâmica e que está configurada em representações condensadas”.

O fato de obtermos uma versão única do passado escravagista resulta na ignorância acerca da história colonial Brasileira, o que reforça o que as autoras Reis e Santos (2019) chamam de “[...] estereótipo do negro como aquele que é desprovido de uma ascensão social e econômica” (REIS; SANTOS, 2019 p. 269). Entretanto também une essa minoria num relato de coexistência, um laço que resiste e é perpassado até os dias atuais, onde:

O retrato de vida e ascensão dessas mulheres no Brasil do século XXI se deu em razão da constante luta por melhorias da qualidade de vida, educação e acesso ao mercado de trabalho. Esse feito decorre do embate e da construção de espaços de acesso às políticas públicas de promoção e acesso às universidades, planos de erradicação da pobreza no Brasil e dimensões da igualdade de gênero e promoção sociais. (REIS; SANTOS, 2019, p. 269).

Embora Rabello e Almeida Júnior (2021) salientem sobre as classes mais vulneráveis como “não-público”, os autores não entram no mérito da negritude dentro desse aspecto, visto que está pressuposta nessa temática. Apesar de não se usar esse termo, é possível ver abordagens semelhantes a de Souza (2009) e a dos autores supracitados, nos livros disponíveis dentro do Selo Nyota.

Nesse tópico em específico, foram abordados 4 livros do selo Nyota, onde se é possível notar o tema comum da negritude e da mulher na biblioteconomia e na ciência da informação, tanto numa abordagem de não pertencimento àqueles espaços, quanto as narrativas salientadas das mulheres que quebraram a barreira do não acesso informacional e que constroem pontes de acesso, levando e trazendo não só conhecimentos, como também a presença dentro dos espaços institucionais.

Ambos os livros intitulados *Bibliotecári@s negr@s* salientam sobre as minorias como um todo, focando nas dificuldades da inclusão da temática étnico racial dentro do ambiente de pesquisa, seja como foco de estudo ou como falta de pesquisadores, entrando nas dificuldades sociais construída sob as bases de uma sociedade historicamente abalada por marcas estruturais que têm origem no racismo e na misoginia. Os obras abordam a aplicabilidade de legislações e de direitos, bem como a necessidade de se dar a voz às minorias. Elas se propõem a dar espaço a pesquisas e vivências geralmente não abordadas dentro dos ambientes informacionais institucionalizados.

As obras *Mulheres Negras na Biblioteconomia e Epistemologias Negras*, entretanto, têm um foco específico nas mulheres negras marginalizadas. Nesse contexto, o diálogo com a “ralé estrutural como não-público” se torna mais visível

quando os livros abordam, por exemplo, narrativas de histórias de vidas, posicionamentos de visões de mundo e, principalmente, sobre a inserção de práticas etnorraciais, levando em consideração a vivência dessas mulheres dentro e fora do meio acadêmico, considerando a dificuldade de acesso à informação ou de se ocupar espaços institucionais de ensino e de mediação da informação, argumentando, com efeito, sobre a relevância da representatividade da mulheres negras nos ambientes informacionais institucionalizados.

Gomes (2019) é uma autora que questiona o sistema onde se opera o racismo, ao salientar as dificuldades encontradas por negros dentro do âmbito social e acadêmico. A linguagem, nesse contexto, tem se configurado como um obstáculo, já que o modo de escrita continua a ser desafiador nesses espaços. Sendo uma pessoa preta, a autora traz luz sobre a necessidade de ampliação de espaço para a afrocentricidade, abordando aquilo que chamou de “escrevivência”. Ela explora pontos de acesso informacional que foram negligenciados, tal qual foi o interesse de Rabello e Almeida Júnior (2021). Em diálogo com os autores, a perspectiva pode abrir caminho para se pensar os problemas enfrentados pelos negros pertencentes ao “não-público”, mesmo que este termo e conceito não tenha sido empregado por Gomes (2019).

Ao salientar sobre “hierarquia racial”, Gomes (2019) converge com Lima (2019) quando a autora observa que nas relações sociais existe “[...] uma dinâmica onde o poder impera entre o dominante e o dominado” (LIMA, 2019, p. 37). Com a reflexão sobre essa “hierarquia”, Gomes (2019) discorre sobre a representatividade negra, defendendo a necessidade de reprodução dessa representatividade dentro desses espaços de poder, algo que seria crucial para que novas pessoas acessem esses lugares e os ocupem, trazendo outros olhares para uma perspectiva informacional, no caso, a gestão e gerência de informação.

Lima (2019) também salienta e critica a forma circular como acontece a reprodução hegemônica no Brasil e, principalmente, como esse ciclo reflete a nossa sociedade, continuando a concentrar conhecimento, poder e *status* nas mãos de poucos. A esses não interessam mudanças na forma como o curso social é levado, tendo em vista os privilégios até então mantidos, sendo vantajoso “[...] manter uma permanência de uma estrutura social dominada pelo sistema hierarquicamente opressor” (LIMA, 2019, p. 39), já que dentro de um sistema opressor como o



européu, “[...] às pessoas negras são lidas como não sendo participantes da humanidade” (LIMA, 2019, p. 40).

Rodrigues (2019) observa que a posição de neutralidade na ciência da informação assumida no decorrer do tempo vem sendo alterada. O surgimento de debates e modificações estão, ainda, em forma inicial, entretanto os questionamentos gerados já vêm sendo suficientes para que se possa idealizar mudanças dentro do âmbito da ciência da informação como um todo:

Muitas/os pesquisadoras/es e negras/os no campo da CI têm demonstrado sensível comprometimento no desenvolvimento de diversos estudos que versam sobre as questões étnico-raciais, abordagens interseccionais e discursos contra-hegemônico” (RODRIGUES, 2019, p. 12).

Embora por muitas vezes os profissionais e pesquisadores da ciência da informação sejam vistos como agentes neutros, essa é uma afirmação equivocada e, até mesmo, ingênua, visto que bibliotecários, arquivistas e museólogos interagem e realizam interferência, direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente, com a sociedade e nos seus espaços de atuação, precisando se adaptar às necessidades do meio nos quais estão inseridos. Rodrigues (2019) concorda Santana e Silva (2018) ao observar que, mesmo que os apontamentos sociais sejam uma relativa novidade na ciência da informação, é importante que:

[...] a área subsidie, por meio de novas bases teórico-político pedagógicas, a formação crítica desses profissionais, capacitando-os para trabalhar com as diversidades de classe, gênero, raça/etnia, sexualidade e religião presentes na sociedade. (RODRIGUES, 2019, p. 13)

Santana e Silva (2018) apontam que as bibliotecas universitárias ainda não se preocupam “[...] adequadamente com a organização e a representação da cultura afrocêntrica na mesma proporção com que organiza e representa a cultura eurocêntrica nos sistemas de informação” (SANTANA; SILVA, 2018, p. 167-168).

Por mais que essa seja apenas uma parte do todo que é a “entidade biblioteca”, no decorrer dos tópicos podemos observar e entender que a “falha” não reside somente na ciência da informação. Bibliotecas públicas, escolares, dentre outras, também têm déficit de materiais e conteúdos que agreguem a vivência de crianças e adolescentes negros. Essas “práticas organizacionais”, como chamaram os autores, “[...] continuam ‘interditando’, consciente ou inconscientemente, certas informações referentes à história, cultura, memória e tecnologia de grupos sociais

que produziram conhecimento ao longo da história da humanidade” (SANTANA; SILVA, 2018, p. 168).

Rabello e Almeida Júnior (2021) embora tenham observado as problemáticas existentes no âmbito do “não-público”, bem como realizado uma conexão direta com a noção de “ralé estrutural” proposto por Souza (2009), não abordaram especificamente as camadas vulneráveis compostas por pessoas negras ou, particularmente, mulheres negras. Ainda que tais camadas estivessem pressupostas no conceito de “ralé estrutural”, os autores objetivaram focar a necessidade de atualização dos profissionais mediadores, ou seja, aqueles que transformam não só um “usuário em potencial” em “usuário real ou efetivo”, mas que também têm de trazer a população como um todo, incluindo os “não-usuários”. Ou seja, buscaram defender a necessidade de se considerar o “não-público” como “público”.

Lima (2019), Gomes (2019), Santana e Silva (2018) são apenas alguns dos autores que destrincharam essas camadas, focando na negritude. Eles agregaram, mesmo que indiretamente, a construção dos novos questionamentos que estão sendo inseridos na biblioteconomia e na ciência da informação, buscando descentralizar a cultura hegemonicamente europeia que está entremeada nas nossas camadas sociais, dificultando o acesso informacional e fortificando uma estrutura que promove a ascensão de um mesmo setor da sociedade e, ao mesmo tempo, busca tornar o acesso público a espaços e informações, driblando a dificuldade de se conseguir o acesso informacional.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos observar no decorrer deste trabalho, a discussão sobre liberdade de acesso informacional – à luz de barreiras, como desigualdade de classe social e a dimensão racial e de gênero – é relativamente uma nova área de debate, apesar de já ser relativamente entendida e abordada, direta ou indiretamente, em estudos de mediação da informação e da cultura e em atividades de ação cultural em espaços de mediação. Todavia, as marcas da colonização permeiam sociedades – como é o caso da sociedade brasileira – de forma a abalar estruturas quando pessoas pretas começam a ocupar espaços que antes só eram ocupados por pessoas brancas.

Ao discorrer sobre os estudos realizados por Rabello, Almeida Junior, Souza, Gomes, além de muitos outros autores, podemos perceber que a deficiência existente nas instituições informacionais também se advém do mesmo cerne: o cunho racista no qual está atribuído os moldes da sociedade atual. O que Flusser especificou ser o “não-público”, e Souza chamou de “ralé estrutural”, são dois conceitos, conforme demonstraram Rabello e Almeida Junior (2020), intimamente interligados pelo malefício da não distribuição de acesso igualitário a bens artísticos e culturais, onde a parte marginalizada acaba sendo socialmente segregada de espaços que lhes pertencem por direito, independente da sua classe social.

Gomes (2019), em específico, ao salientar as dificuldades da mulher negra brasileira, observa o abismo que separa as denominadas classes “c” e “d”, analisando o não pertencimento dessas mulheres em espaços institucionalizados. Ao tratar os estudos de caso, a autora reflete sobre a dificuldade da regularização dos subempregos e o que leva a ralé estrutural a não conseguir as mesmas oportunidades que pessoas não marginalizadas.

Baseada no Artigo V da Constituição, onde cita que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País”, Gomes ressalta sobre as dificuldades, observando o “desleixo” social que acaba por não inserir a “ralé” em suas políticas públicas e de acesso à informação, cultura e educação. Trazendo o debate para as instituições informacionais, a autora comenta sobre a necessidade de se trazer esse olhar crítico para dentro das salas de aula, onde o começo da formação do profissional informacional é realizada para que não se continue o ciclo de erros em relação a

todos usuários que compõem, e podem vir a compor, o quadro de frequentantes de uma biblioteca ou qualquer instituição de acesso a bens artísticos e culturais.

Souza (2009), ao investigar a mulher negra dentro da raiz estrutural, trouxe outros pontos a serem levados em consideração ao levantar que a vulnerabilidade de corpos femininos não se dá da mesma forma que a de masculinos, conferindo certo nível de confiança, exercendo esse papel nas sociedades, também sendo um fator importante para a não interação da mulher com o meio informacional, a se firmar primeiramente por ser um ambiente já majoritariamente composto por pessoas do sexo masculino e também pelas dúvidas recorrentes das capacidades femininas.

Silva (2009), ao entrar na rotina de uma mulher negra, pobre e periférica, identifica as violências que cercam a mulher desde o seu nascimento, passando da situação de vulnerabilidade e violências (sejam físicas ou psicológicas) até a vida adulta, onde apesar de estar liberta do primeiro ambiente tóxico, não está isenta de que tais situações tornem a se repetir. A necessidade de sobressair perante esses conflitos do meio é a basicamente uma estratégia de sobrevivência das pessoas que não têm acesso informacional, mas acabam por alavancar conceitos tais como o de “meritocracia”, por meio do qual, numa tentativa de autoafirmação, de se igualar a outras camadas sociais, por um poder de compra e afins acabam afirmando seu valor com embasamento na reprodução do consumo de luxos, além da própria utilização do capital.

Rabello (2021), sob a ótica de “não-usuário”, observa que conhecimento é poder, inclusive para romper com barreiras sociais excludentes. Quando observamos esse conceito dessa forma, algumas questões levantadas em âmbitos sociais são respondidas, usando como exemplo o questionamento da fotógrafa negra Analu, do motivo pelo qual instituições museais fecham em horário comercial, sendo que durante este horário os trabalhadores estão indisponíveis para desfrutar do lazer cultural. Apesar da retórica, onde se exalta que existe um final de semana para tal, se existem horários em dias de semana é porque existe público, se existe público por que não ampliar os horários abrangendo toda a população e não apenas certos segmentos? Rabello (2021) responde que, quando obtemos a equivalência onde informação é algo poderoso, as elites intelectuais que detêm esse conhecimento, sejam elas quais forem, não têm interesse nesse compartilhamento de bens simbólicos.

À luz desse problema, é importante levar esse debate para o âmbito da

pesquisa e da formação profissional, onde, a partir do processo formativo e de produção de conhecimento, emergem outras perspectivas – conforme observado nos textos publicados pelo Selo Nyota.

Nesse contexto, observam-se prismas de análise e de formação que saem da bolha comum das práticas informacionais, no sentido de identificar o “não-público” e para convidá-lo para ocuparem espaços institucionais – como as unidades de informação – de modo a “transformá-los” em público a partir do se acolhimento. Há com isso uma preocupação de se pensar e debater um novo significado ao que seria dado como “cultura culta” ou “alta cultura”, possibilitando que toda a comunidade desfrute dos bens simbólicos que essas unidades possam vir a oferecer.

Por mais que existam divergências dos profissionais acerca da exata causa desse segregacionismo, nos textos consultados podemos observar – entre trocas de experiências e estudos de caso – uma gama de profissionais que, em algum momento, identificaram lacunas na própria formação, além da lacuna na formação de colegas de profissão. Nesse caso, é notável a necessidade de uma reformulação da temática de estudos de usuários. Convergindo com o que foi defendido por Rabello (2022), espera-se que, um dia, esse campo de ensino, de pesquisa e de atuação profissional seja abrangente e inclusivo.

Há a esperança de se trazer pessoalidade para as paredes de um ambiente informacional. Conhecendo melhor os frequentadores das unidades de informação, bem como aqueles que se enquadram como “não-público”, podemos preparar melhor a formação do profissional que se dedique não apenas *para* quem necessita e desfruta de seu espaço, mas *com* a comunidade. De forma extensa, estudar os usuários e os não-usuários, suas comunidades e, a partir dos dados coletados, ter como resultado o fornecimento e o acompanhamento do que as pessoas precisam, é um aspecto formativo e de atuação profissional. Observou-se que essa é uma debilidade para muitas unidades de informação, algo, se sanado, relevante para incluir quem antes era excluído, disseminando a informação de forma justa e igualitária. A presente pesquisa buscou trazer elementos de reflexão sobre esses aspectos, colocando no holofote o papel de vulnerabilidade, sobretudo, de mulheres negras e periféricas.

Apesar de sabermos que não é um trabalho somente dos profissionais, já que grande parte dessa segregação, no Brasil, se deve a herança ainda presente da escravidão, a falta de apoio governamental e a permanência do ciclo vicioso da

concentração de riqueza na sociedade capitalista – onde as elites permanecem como elites, se servindo de mão de obra barata daqueles a quem lhe é negado o direito a condições dignas de vida – são impactos negativos diretos que se refletem diariamente em situações de invisibilidade, exclusão social e negligência por parte do Estado.

## Referências

- ABE, S. K. **Mais que um grupo de leitura para mulheres**. São Paulo: CENPEC, 2021. Disponível em: <<https://www.cenpec.org.br/tematicas/mais-que-um-grupo-de-leitura-para-mulheres>>. Acesso em: 25 ago. 2022.
- ANDRADE, I. A.; AGUILLERA, S. M.; COQUEIRO, E. A. A representatividade da bibliotecária negra nas relações étnorraciais: a transformação social frente aos desafios na aplicação e implementação da Lei nº 10.639/2003. *In*: SILVA, F. G. C. **Bibliotecári@s negr@s: pesquisas e experiências de aplicação da lei 10.639 na formação bibliotecária e nas bibliotecas**. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e editora Ltda., 2020. p.161-174. (Selo Nyota). Disponível em: <[https://www.nyota.com.br/files/ugd/c3c80a\\_1e81c9b20f484fbbaeac95f1471d0832.pdf](https://www.nyota.com.br/files/ugd/c3c80a_1e81c9b20f484fbbaeac95f1471d0832.pdf)>. Acesso em: 03 jan. 2023.
- ALMEIDA, M. A. Práticas informacionais, culturais e comunicacionais: perspectivas para a sociabilidade e a política contemporâneas. *In*: TANUS, G. F. S. C. ; ROCHA, J. A. P.; BERTI, I. C. L. W. **Práticas informacionais em diálogos com as ciências sociais e humanas**. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e editora Ltda., 2020. p.233-264. (Selo Nyota).
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/119300>>. Acesso em: 10 jun. 2022
- AMARAL, S. A. do. Serviços bibliotecários e desenvolvimento social: um desafio profissional. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 2, 1995. DOI: 10.18225/ci.inf.v24i2.589. Disponível em:<<https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/589>>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- ARAÚJO, C. A. A. O que são “práticas informacionais”? Minas Gerais, **Informação em Pauta**, v. 2, número especial, p. 217-236, out. 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/20655/31068>>. Acesso em: 15 abr. 2022.
- ARAÚJO, A. A. C. Os estudos e as práticas informacionais no âmbito da ciência da informação. *In*: ALVES, E. D. *et. al.* (Org.). **Práticas Informacionais**. João Pessoa: Editora UFPB, 2020. p. 18-76. Disponível em: <<http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/download/769/863/6761-1?inline=1>>. Acesso em: 02 ago. 2022.
- AQUINO, M. A. A inclusão afrodescendente na era da informação. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 11, n. 2, p. 61–75, 2013. DOI: 10.20396/rdbci.v11i2.1638. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1638>>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- BEZERRA, A. C.; ALMEIDA, M. A. Rage against the machine learning. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 14. n. 2 abr-Jun, n. 2, p. 6-23, 2020.

Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/141767>>. Acesso em: 30 jul. 2022.

BOEHM, C. Periferia das cidades concentra 87% das bibliotecas comunitárias. **Agência Brasil**, 2018. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-11/periferia-das-cidades-concentra-87-das-bibliotecas-comunitarias#:~:text=A%20pesquisa%20Bibliotecas%20Comunit%C3%A1rias%20no,e%20exclus%C3%A3o%20de%20servi%C3%A7os%20p%C3%ABlicos.>>> Acesso em: 25 ago. 2022.

BOTELHO, T. M.; BAPTISTA, S. G.; AMARAL, S. Informação e Sociedade : uma sociedade inteligente em transformação. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 17, Belo Horizonte, 1994. **Anais...** v. 1, p. 438-467.

CASTRILLÓN, S. **O direito de ler e escrever**. São Paulo: Pulo do Gato, 2011.  
COSTA, M. F. O. **Concepções dos estudos de usuários na visão dos professores dos cursos de Biblioteconomia brasileiros**. 2014. 237 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, [São Paulo], 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/110779>>. Acesso em: 18 abr. 2022.

CORRÊA, E. C. D.; OLIVEIRA, A. C. D. C. Pelas mãos femininas de Lydia Sambaquy e Celia Zaher: as origens da CI brasileira. *In*: SILVA, F. C. G.; ROMEIRO, N. L. **O protagonismo da Mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Florianópolis: ACB, 2018. p. 17-44. Disponível em: <[https://www.nyota.com.br/\\_files/ugd/c3c80a\\_fbc3e5b33dc14ead8917b5429f97a631.pdf](https://www.nyota.com.br/_files/ugd/c3c80a_fbc3e5b33dc14ead8917b5429f97a631.pdf)>. Acesso em: 18 abr. 2022.

CUNHA, M. B. Metodologias para estudo de usuários de informação científica e tecnológica. **Revista de Biblioteconomia Brasileira**, v. 10, n. 2, p. 5-19, 1982. Disponível em: <[https://www.brapci.inf.br/\\_repositorio/2010/02/pdf\\_a7a477d359\\_0008278.pdf](https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/02/pdf_a7a477d359_0008278.pdf)>. Acesso em: 25 jul. 2022.

CUNHA JÚNIOR, H. A.; RAMOS, M. E. R. (Org.). **Espaço urbano e afrodescendência**: estudos da espacialidade negra urbana para o debate das políticas públicas. Fortaleza: UFC, 2007.

DAHLET, V. O proceder da pesquisa: quais as relações entre problemática, dissertação e corpus?. **Letras**, n. 21, p. 127-132, 2000. DOI: 10.5902/2176148511535. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11535>. Acesso em: 20 jan. 2023.

ESTRELAS além do tempo. Direção: Theodore Melfi. Produção: Disney. EUA: [s.n.], 2016. Disney +, 127 min.

ESPÍRITO SANTO, P. Os estudos de gênero na Ciência da Informação. **Em Questão**, v. 14, n. 2, 2008. Disponível em:



<<https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/6389>>. Acesso em: 22 abr. 2022.

FERREIRA, L. Menos de 3% entre docentes da pós-graduação, doutoras negras desafiam racismo na academia. **Geledés**, 2019. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/menos-de-3-entre-docentes-da-pos-graduacao-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/>>. Acesso em: 5 set. 2022.

FOSSÁ, M. I. T.; SILVA, A. H. Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos. In: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 4, 2013, Brasília. **Anais...** Brasília: [S.n.], 2013. p. 1-14 Disponível em:<<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnEPQ129.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2022.

GARNER, C. Clara Stanton Jones (1913-). BlackPast, 2010. Disponível em:<[https://www.nyota.com.br/\\_files/ugd/c3c80a\\_e3b993f96358444290b6282fada1b634.pdf](https://www.nyota.com.br/_files/ugd/c3c80a_e3b993f96358444290b6282fada1b634.pdf)> . Acesso em: 10 jul 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 42. Disponível em: <<https://home.ufam.edu.br/salomao/Tecnicas%20de%20Pesquisa%20em%20Economia/Textos%20de%20apoio/GIL,%20Antonio%20Carlos%20-%20Como%20elaborar%20projetos%20de%20pesquisa.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2022.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 18 abr. 2022.

GOFAS, F. G.; SPETH, K. E. Desigualdade de gênero: a realidade do estado brasileiro. **Revista da Mostra de Iniciação Científica- RMIC**, v. 6, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://www.ulbracds.com.br/index.php/rmic/article/view/3011>>. Acesso em: 30 set. 2022.

GOMES, E. Afrocentricidade: discutindo as relações étnico-raciais na biblioteca. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 21, n. 3, p. 738-752, ago./nov., 2016. Disponível em:<<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1216>>. Acesso em: 28 abr. 2022.

GOMES, E. Discursos insubmissos na diáspora negra. In: SILVA, F. C. G.; LIMA, G. S. (Org.). **Bibliotecári@s Negr@s: ação, pesquisa e atuação política**. Florianópolis, SC: Associação Catarinense de Bibliotecários, 2018. 498 p. (Selo Nyota). Disponível em: <[https://www.nyota.com.br/\\_files/ugd/c3c80a\\_07f0971bd67e4fe69a56d845f3d36b0a.pdf](https://www.nyota.com.br/_files/ugd/c3c80a_07f0971bd67e4fe69a56d845f3d36b0a.pdf)>. Acesso em 10 abr. 2022.

GOMES, E. Escrivências na biblioteconomia: afrocentrar para existir. In: SILVA, F. C. G. (Org.). **Mulheres negras na Biblioteconomia**. Florianópolis, SC: Rocha

Gráfica e Editora, 2019a. p. 41-66. (Selo Nyota). Disponível em: <[https://3b2d7e5d-8b9a-4847-aa3e-40931d588fb7.filesusr.com/ugd/c3c80a\\_e3b993f96358444290b6282fada1b634.pdf](https://3b2d7e5d-8b9a-4847-aa3e-40931d588fb7.filesusr.com/ugd/c3c80a_e3b993f96358444290b6282fada1b634.pdf)>. Acesso em: 18 abr. 2022.

GOMES, E.; VALÉRIO, E. D. Práticas afropedagógicas no ensino de biblioteconomia. *In: BARROSO, D. et.al. Epistemologias negras: relações raciais na biblioteconomia*. Florianópolis: Rocha gráfica e editora, 2019. p. 182. (Selo Nyota). Disponível em: <[https://3b2d7e5d-8b9a-4847-aa3e-40931d588fb7.filesusr.com/ugd/c3c80a\\_07c2b6ea338140db8a859ecdc8219171.pdf](https://3b2d7e5d-8b9a-4847-aa3e-40931d588fb7.filesusr.com/ugd/c3c80a_07c2b6ea338140db8a859ecdc8219171.pdf)>. Acesso em: 05 set. 2022.

GOMES, G. B. K. Valencio e a importância de livrarias especializadas em autoria negra. *In: SILVA, F. C. G. (Org.). Mulheres negras na biblioteconomia*. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora Ltda, 2019b. p.143-172. (Selo Nyota). Disponível em: <[https://3b2d7e5d-8b9a-4847-aa3e-40931d588fb7.filesusr.com/ugd/c3c80a\\_e3b993f96358444290b6282fada1b634.pdf](https://3b2d7e5d-8b9a-4847-aa3e-40931d588fb7.filesusr.com/ugd/c3c80a_e3b993f96358444290b6282fada1b634.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2022.

GOMES, H. F.; CORTÊS, G. R. Mediação consciente da informação e protagonismo social das mulheres. *In: ALVES, E. D. et. al. (Org.). Práticas Informacionais*. João Pessoa: Editora UFPB, 2020. p. 122-201. Disponível em:<<http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/download/769/863/6761-1?inline=1>>. Acesso em: 02 ago. 2022.

GRUPO de leitura para mulheres. São Paulo: Literasampa, 2021. Disponível em: <<https://literasampa.com/grupo-de-leitura-para-mulheres/>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

GUEDES, M. Z. A formação profissional do bibliotecário no curso de biblioteconomia e documentação da Universidade Federal do Paraná. *Educ. Rev.*, v. 4, 1985. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-4060.053>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

GUEDES, R. M. Bibliotecas comunitárias e espaços públicos de informação. *In: MOURA, M. A. (Org.). Cultura informacional e liderança comunitária: concepções e práticas*. 1ed. Belo Horizonte: Proex/UFMG, 2011, v. , p. 75-79. Disponível em: <[https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/cultura/docs/11a\\_Bibliotecas\\_comunitarias\\_-\\_Roger\\_Guedes.pdf](https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/cultura/docs/11a_Bibliotecas_comunitarias_-_Roger_Guedes.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2022.

JAMES, S. **Trailblazing librarian, U-M alumna Clara Stanton Jones elected to Michigan Women's Hall of Fame**. Ann Arbor, MI: University of Michigan, 2018. Disponível em: <<https://www.si.umich.edu/about-umsi/news/trailblazing-librarian-u-m-alumna-clara-stanton-jones-elected-michigan-women%E2%80%99s-hall-fame#.W19xqnfR8vs.twitter>> Acesso em: 10 jul. 2019.

LIMA, D. B. J. Identificação racial em unidades de informação. *In: SILVA, F. C. G.; LIMA, G. S. (Org.). Bibliotecári@s Negr@s: ação, pesquisa e atuação política*. Florianópolis, SC: Associação Catarinense de Bibliotecários, 2018. 498 p. Disponível em: <[https://www.nyota.com.br/\\_files/ugd/c3c80a\\_07f0971bd67e4fe69a56d845f3d36b0a.pdf](https://www.nyota.com.br/_files/ugd/c3c80a_07f0971bd67e4fe69a56d845f3d36b0a.pdf)>. Acesso em 10 out. 2022.

LIMA, G. S. Resistência é o seu nome: representatividade é para nós alunas (os) negras (os) da biblioteconomia e ciência da informação! *In*: BARROSO, D. *et al.* **Epistemologias negras: relações raciais na biblioteconomia**. Florianópolis: Rocha gráfica e editora, 2019. p. 59-60. (Selo Nyota). Disponível em: <[https://3b2d7e5d-8b9a-4847-aa3e-40931d588fb7.filesusr.com/ugd/c3c80a\\_07c2b6ea338140db8a859ecdc8219171.pdf](https://3b2d7e5d-8b9a-4847-aa3e-40931d588fb7.filesusr.com/ugd/c3c80a_07c2b6ea338140db8a859ecdc8219171.pdf)>. Acesso em: 05 set. 2022.

LIMA, P. C. **Contaçon de histórias como instrumento de construção da identidade negra**: estudo de caso na biblioteca CCBNB – Cariri. 2016. 53 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, 2016. Disponível em: <[https://3b2d7e5d-8b9a-4847-aa3e-40931d588fb7.filesusr.com/ugd/c3c80a\\_07c2b6ea338140db8a859ecdc8219171.pdf](https://3b2d7e5d-8b9a-4847-aa3e-40931d588fb7.filesusr.com/ugd/c3c80a_07c2b6ea338140db8a859ecdc8219171.pdf)>. Acesso em: 05 dez. 2022

LOPES, A. Kalunga na mídia: Dona Procópia. **Quilombo Kalunga**, 2021. Disponível em: <<https://quilombokalunga.org/press/kalunga-na-midia-dona-procopia/>>. Acesso em: 05 mar. 2023.

MADALENA, C. S.; LAURINDO, K. R. Mulheres negras empreendedoras: um breve estudo. *In*: SILVA, F. C. G.; ROMEIRO, N. L. **O protagonismo da mulher na biblioteconomia e ciência da informação**. Florianópolis: ACB, 2018. p. 235. Disponível em: <[https://www.nyota.com.br/\\_files/ugd/c3c80a\\_fbc3e5b33dc14ead8917b5429f97a631.pdf](https://www.nyota.com.br/_files/ugd/c3c80a_fbc3e5b33dc14ead8917b5429f97a631.pdf)>. Acesso em: 05 set. 2022.

MARTINS, L. Al-Chueyr P. História da ciência: objetos, métodos e problemas. **Ciência & Educação**, v. 11, n. 2, p. 305-317, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ciedu/a/Bg8wgfngLgqvKB3tyBKXShCd/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

MELO, D. A.; ALVES, E. C.; BRASILEIRO, F. S. Práticas informacionais das mulheres negras e o desenvolvimento da competência crítica em informação. *In*: ALVES, E. D. *et al.* (Org.). **Práticas Informacionais**. João Pessoa: Editora UFPB, 2020. p.285-323. <<http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/download/769/863/6761-1?inline=1>>. Acesso em: 02 ago. 2022.

MICHIGAN WOMEN FORWARD. Clara Stanton Jones. Michigan Woman Forward, 2018. Disponível em: <<https://miwf.org/timeline/clara-stanton-jones/>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

MORAES, M. B.; LUCAS, E. O. A Responsabilidade social na formação do bibliotecário brasileiro. **Em Questão**, v. 18, n. 1, p. 109–124, 2012. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/24107>>. Acesso em: 8 jun. 2022.

MOREIRA, N. R. Representação e identidade no feminismo negro brasileiro. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 7., 2006, Florianópolis. **Anais ...** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.

MOREIRA, Núbia Regina. **A organização das feministas negras no Brasil**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2011.

MOREIRA, W. Revisão de literatura e desenvolvimento científico: conceitos e estratégias para confecção, **Janus**, Ano 1, n. 1, p. 21-30, 2004. Disponível em: <<http://unifatea.com.br/seer3/index.php/Janus/article/view/102/92>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MOURA, M. A. Leitor- bibliotecário: interpretação, memória e as contradições da subjetividade em processos de representação informacional. *In*: NAVES, L. M. M.; KURAMOTO, H. (Org.). **Organização da informação**: princípios e tendências. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2006. p. 22-35.

NICOLAU, A. 10 bibliotecas comunitárias que ressignificam o acesso à literatura nas periferias. **Educação e Território**, 2022. Disponível em: <<https://educacaoeterritorio.org.br/reportagens/10-bibliotecas-comunitarias-que-ressignificam-o-acesso-a-literatura-nas-periferias/#:~:text=Ilha%20Liter%C3%A1ria%20%E2%80%93%20Rede%20de%20Bibliotecas,visam%20%C3%A0%20democratiza%C3%A7%C3%A3o%20da%20leitura>>. Acesso em: 25 ago. 2022

PASSOS, M. F.; BLATTMAN, U. Pesquisadoras de gênero na ciência da informação. *In*: SILVA, F. C. G.; ROMEIRO, N. R. (Org.). **O protagonismo da mulher na biblioteconomia e ciência da informação**. Florianópolis: ACB, 2018. p. 45-70. (Selo Nyota). Disponível em: <[https://www.nyota.com.br/\\_files/ugd/c3c80a\\_fbc3e5b33dc14ead8917b5429f97a631.pdf](https://www.nyota.com.br/_files/ugd/c3c80a_fbc3e5b33dc14ead8917b5429f97a631.pdf)>. Acesso em: 18 abr. 2022.

PODCAST COM CIDA MOURA. Entrevistada: Cida Moura. Entrevistadora: Tatiana Carvalho Costa. Minas Gerais: BDGM' cultural, 2020. Disponível em: <<https://bdmgcultural.mg.gov.br/entrevista/podcast-com-cida-moura/#carrossel-8>>. Acesso em: 05 de mar. 2023.

RABELLO, R. Atuação profissional e não-usuário em unidades de informação. **INFO-HOME**, 2021, Disponível em: <[https://www.ofaj.com.br/colunas\\_conteudo.php?cod=1336](https://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=1336)>. Acesso em: 29 jul. 2022.

RABELLO, R. Informação e barreiras socioinstitucionais: acessibilidade e maioria silenciadas. **INFO-HOME**, 2014. Disponível em: <[https://www.ofaj.com.br/colunas\\_conteudo.php?cod=1394](https://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=1394)>. Acesso em: 29 jul. 2022.

RABELLO, R. Leituras sobre usuário e uso de informação na Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 18, n. 4, p.152-184 out./dez. 2013. Disponível em:

<[http://eprints.rclis.org/23027/1/Rabello\\_2013\\_Leituras%20sobre%20usu%C3%A1rio%20de%20informa%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://eprints.rclis.org/23027/1/Rabello_2013_Leituras%20sobre%20usu%C3%A1rio%20de%20informa%C3%A7%C3%A3o.pdf)>. Acesso em: 18 abr. 2022.

RABELLO, R. Práticas informacionais, usuário e rale estrutural como não público: praxeologias restritiva ou receptiva. *In*: TANUS, G. F. S. C.; ROCHA, J. A. P.; BERTI, I. C. L. W. (Org.). **Práticas informacionais em diálogo com as ciências sociais e humanas**. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora (Selo Nyota), 2021. P. 97-118. Disponível em: <[https://3b2d7e5d-8b9a-4847-aa3e-40931d588fb7.filesusr.com/ugd/c3c80a\\_e73ca42d9ca14\\_1ffa4298e33400abffc.pdf](https://3b2d7e5d-8b9a-4847-aa3e-40931d588fb7.filesusr.com/ugd/c3c80a_e73ca42d9ca14_1ffa4298e33400abffc.pdf)>. Acesso em: 25 abr. 2022.

RABELLO, R. “Usurários” de informação: notas quase ficcionais. **INFO-HOME**, 2021. Disponível em: <[https://www.ofaj.com.br/colunas\\_conteudo.php?cod=1296](https://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=1296)>. Acesso em: 29 jul. 2022.

RABELLO, R.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Usuário de informação e rale estrutural como não-público: reflexões sobre desigualdade e invisibilidade social em unidades de informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 30, n. 4, p. 1–24, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n4.57350. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/57350>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

RABELLO, R.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Não-usuário de informação como implicado(r): desafios praxiológicos para pesquisa, formação e prática profissional. **Revista EDICIC**, v. 2, n. 2, p.1-13, 2022.

REIS, V. J. S.; SANTOS, J. C. S. Da representação real à representação do conhecimento: perspectivas teóricas das mulheres negras na ciência. *In*: SILVA, F. C. G. (Org.). **Mulheres negras na biblioteconomia**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora Ltda, 2019. p. 261-290. (Selo Nyota). Disponível em: <[https://3b2d7e5d-8b9a-4847-aa3e-40931d588fb7.filesusr.com/ugd/c3c80a\\_e3b993f96358444290b6282fada1b634.pdf](https://3b2d7e5d-8b9a-4847-aa3e-40931d588fb7.filesusr.com/ugd/c3c80a_e3b993f96358444290b6282fada1b634.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2022.

RODRIGUES, N. L. F. A ciência da informação na afirmação de singularidades: narrativas da diáspora e construção de identidade nos museus afro. *In*: BARROSO, D. et. al. (Org.). **Epistemologias negras: relações raciais na biblioteconomia**. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora Ltda., 2019. p. 11-34. (Selo Nyota). Disponível em: <[https://3b2d7e5d-8b9a-4847-aa3e-40931d588fb7.filesusr.com/ugd/c3c80a\\_07c2b6ea338140db8a859ecdc8219171.pdf](https://3b2d7e5d-8b9a-4847-aa3e-40931d588fb7.filesusr.com/ugd/c3c80a_07c2b6ea338140db8a859ecdc8219171.pdf)>. Acesso em: 03 dez. 2022.

SANTANA, V. A.; SILVA, L. K. R. da. A inclusão da temática étnico-racial nas pesquisas em ciência da informação. *In*: SILVA, F. C. G.; LIMA, G. S. (Org.). **Bibliotecári@s negr@s: ação, pesquisa e atuação política**. Florianópolis: Associação Catarinense de Bibliotecários, 2018. p. 167-178. (Selo Nyota). Disponível em: <[https://www.nyota.com.br/\\_files/ugd/c3c80a\\_07f0971bd67e4fe69a56d845f3d36b0a.pdf](https://www.nyota.com.br/_files/ugd/c3c80a_07f0971bd67e4fe69a56d845f3d36b0a.pdf)>. Acesso em: 03 dez. 2022

SANTOS, A. P.; RESENDE, V. F. de A. A formação profissional de Biblioteconomia para atuação em bibliotecas escolares: retrato das universidades federais brasileiras. **Biblioteca Escolar em Revista**, v. 7, n. 2, p. 82-101, 2021. DOI: 10.11606/issn.2238-5894.berev.2021.173390. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/173390>. Acesso em: 20 jan. 2023.

SILVA, F. C. G; LIMA, G. S. Pensando numa biblioteconomia afrodiásporica. *In*: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; LIMA, Graziela dos Santos (Org.). **Bibliotecári@s Negr@s**: ação, pesquisa e atuação política. Florianópolis, SC: Associação Catarinense de Bibliotecários, 2018. 498 p. (Selo Nyota). Disponível em: [https://www.nyota.com.br/\\_files/ugd/c3c80a\\_07f0971bd67e4fe69a56d845f3d36b0a.pdf](https://www.nyota.com.br/_files/ugd/c3c80a_07f0971bd67e4fe69a56d845f3d36b0a.pdf). Acesso em: 10 abr. 2022.

SILVA, D. M. F. Bibliotecárias Negras Cearenses: contribuições para a luta antirracista. *In*: SILVA, F. C. G. (Org.). **Mulheres negras na biblioteconomia**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora Ltda, 2019. p. 67-87. (Selo Nyota). Disponível em: [https://3b2d7e5d-8b9a-4847-aa3e-40931d588fb7.filesusr.com/ugd/c3c80a\\_e3b993f96358444290b6282fada1b634.pdf](https://3b2d7e5d-8b9a-4847-aa3e-40931d588fb7.filesusr.com/ugd/c3c80a_e3b993f96358444290b6282fada1b634.pdf). Acesso em: 10 ago. 2022.

SILVA, F. C. G. Clara Stanton Jones e sua contribuição para a biblioteconomia negra norte americana. *In*: SILVA, F. C. G. (Org.). **Mulheres negras na biblioteconomia**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora Ltda, 2019. p. 87-105. (Selo Nyota). Disponível em: [https://3b2d7e5d-8b9a-4847-aa3e-40931d588fb7.filesusr.com/ugd/c3c80a\\_e3b993f96358444290b6282fada1b634.pdf](https://3b2d7e5d-8b9a-4847-aa3e-40931d588fb7.filesusr.com/ugd/c3c80a_e3b993f96358444290b6282fada1b634.pdf). Acesso em: 10 ago. 2022.

SILVA, L. K. R. Bambidelê: trajetória histórica-informacional da organização das mulheres negras na Paraíba. *In*: SILVA, F. C. G. (Org.). **Mulheres negras na biblioteconomia**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora Ltda, 2019. p. 105-143. (Selo Nyota). Disponível em: [https://3b2d7e5d-8b9a-4847-aa3e-40931d588fb7.filesusr.com/ugd/c3c80a\\_e3b993f96358444290b6282fada1b634.pdf](https://3b2d7e5d-8b9a-4847-aa3e-40931d588fb7.filesusr.com/ugd/c3c80a_e3b993f96358444290b6282fada1b634.pdf). Acesso em: 10 ago. 2022.

SOARES, V. Estudos de usuários: um estudo a partir da biblioteca do Complexo do Alemão. **Biblioo**, 2014. Disponível em: <https://biblioo.info/estudo-de-usuarios/>. Acesso em: 12 jul. 2022.

SOUZA, C. M. Biblioteca: uma trajetória. *In*: CONGRESSO DE BIBLIOTECONOMIA, 3., 2005. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2005. p. 1-12 Disponível em: <http://www.geocities.ws/csouza952/IIICIB.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2022.

SOUZA, J. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. 284 p. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2014/10/1143.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2022.

TIPOS de revisão de literatura. Botucatu: Unesp, 2015. Disponível em: <https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2022.

WALTER, M. T. M. T.; BAPTISTA, S. G. Formação profissional do bibliotecário. **Encontros Bibli: Revista eletrônica De Biblioteconomia E Ciência Da informação**, v. 13, n. 25, p. 84-103, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/1518-2924.2008v13n25p84>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

WILSON, T. D. Information behaviour: an interdisciplinary perspective. **Information processing & management**, v. 33, n. 4, p. 551-572, 1997. Disponível em: <[https://www.academia.edu/1948470/Information\\_behaviour\\_an\\_interdisciplinary\\_perspective](https://www.academia.edu/1948470/Information_behaviour_an_interdisciplinary_perspective)>. Acesso em: 11 dez. 2022.

WITTER, G. P. Aspectos psicológicos no relacionamento bibliotecário e usuário. **Ciência da Informação**, v. 15, n. 1, 1986. DOI: 10.18225/ci.inf.v15i1.245. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/245>. Acesso em: 20 jan. 2023.